

ATUAÇÃO COLETIVA NA PERIFERIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA COM O TERRITÓRIO DO POVO

ANA CLARA DE SOUZA SANTANA

ORIENTADOR: PROF. DR. JORGE BASSANI

Trabalho final de graduação apresentado
à FAUUSP - Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo
em 14 de dezembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio em todos esses anos e pelo amor incondicional em todos meus processos de formação.

A todos os amigos e colegas com os quais compartilhei muitos momentos de aprendizado e amadurecimento.

Aos educadores que me apresentaram o universo da arquitetura, a reflexão crítica sobre a cidade e a importância de atuar com compromisso social.

Ao todos que conheci durante a aproximação ao Território do Povo, pela abertura ao me acolher e pela oportunidade de participar da sua história.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO *p. 6*

- 1.1 Questões gerais motivadoras da pesquisa *p.6*
- 1.2 Justificativa da escolha do caso *p.8*
- 1.3 Aproximação ao tema de pesquisa *p.8*
- 1.4 Apresentação do conteúdo do caderno *p.9*

2. O TERRITÓRIO DO POVO *p.10*

- 2.1 Formação do terreno *p.10*
- 2.2 Formação do coletivo *p.18*

3. O USO CULTURAL E OS PROJETOS FORMULADOS *p.23*

- 3.1 A pauta da cultura naquele território *p.23*
- 3.2 O projeto do galpão *p.30*
- 3.3 O projeto de ocupação *p.33*
- 3.4 Algumas considerações sobre os processos *p.37*

4. A PRÁTICA DO COLETIVO NA CONCRETIZAÇÃO DAS AÇÕES *p.39*

- 4.1 Cortejo poético *p.39*
- 4.2 Horta comunitária e projeto de reflorestamento *p.41*
- 4.3 Domo geodésico *p.44*

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS *p.55*

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS *p.56*

1. INTRODUÇÃO

1.1 Questões gerais motivadoras da pesquisa

A motivação para a realização deste trabalho partiu de uma inquietação despertada ao longo do curso de graduação de arquitetura e urbanismo relativa aos meios de produção do espaço urbano e da divisão do trabalho no contexto do neoliberalismo, sobretudo os papéis do Estado, do mercado e dos movimentos sociais. Ao deparar-se com a multiplicidade de disciplinas e agentes envolvidos na produção e transformação do espaço, a inserção do arquiteto urbanista pode ser ampliada no seu papel de projetar e planejar; atuando em diversas frentes de trabalho a partir de uma compreensão de cidade que se aproxima mais de um processo dinâmico e menos de um objeto estanque.

Em meio a essa complexidade, tive interesse em me aprofundar no estudo de formatos alternativos à reprodução dos métodos predominantes de produção do espaço urbano, como modelos de auto-gestão e atuação de coletivos autônomos de diversas naturezas. Somou-se a esse desejo uma vontade pessoal de explorar a região onde moro, na zona sul de São Paulo, e conhecer esses movimentos de grupos motivados por uma visão crítica e conhecimento empírico dos espaços onde vivem e atuam. Nesse caminho, havia a possibilidade de aprofundar esta investigação a partir do contexto da periferia, que passa por diversos processos de ressignificação de sua identidade, em si e em relação à cidade como um todo, trilhados e narrados principalmente pelo campo da arte e da cultura.

6

Pessoalmente, este caminho também era uma oportunidade de me colocar corporalmente em ações já em desenvolvimento na cidade. Ao ser moradora da zona sul, estudante da USP na zona oeste, e tendo trabalhado no centro, os longos deslocamentos pela cidade fazem parte da minha rotina, bem como circular por entre espaços do centro e da periferia, no sentido amplo desses conceitos. Ao fim de um extenso ciclo dentro da universidade, sentia uma necessidade de concentrar esforços para atuar em maior diálogo com a população e com grupos mobilizados que promovem a transformação de seus espaços na prática. Na tentativa de aliar meus anseios pessoais com meus horizontes profissionais, buscava fazer parte de algo e atuar em conjunto com outros agentes com suas próprias narrativas e experiências.

Logo no início da pesquisa, uma importante referência foi a tese de doutorado “Formação do Sujeito Periférico”, na qual Tiaraju Pablo d’Andrea analisa as transformações na periferia a partir da década de 1990 e denomina como “sujeito periférico” o indivíduo que passa a agir politicamente nesse contexto. O próprio termo periferia teve seu significado alargado, segundo o autor, que se antes era definido pelo binômio pobreza e violência, passou a incluir os elementos cultura e potência. E é na prática artístico-cultural que essa subjetividade é expressa na sua máxima intensidade, por escritores, músicos, poetas e rappers (a trajetória do Racionais MCs é apontada como sua narrativa legitimada), além da multiplicação de coletivos de arte e cultura de diversas linguagens.

O contexto social da década de 1990 nas regiões periféricas da cidade era caracterizado pela precarização das relações de trabalho, alto índice de desemprego, aumento da violência e da taxa de homicídios. Em 1996, o Jardim Ângela, distrito da Prefeitura Regional do M’Boi Mirim na zona sul de São Paulo foi apontado como a região mais violenta do mundo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os efeitos desse quadro ainda estigmatizam negativamente a periferia como um todo, bem como a precariedade de muitos serviços públicos, ainda que tenha tido avanços nas últimas décadas.

No entanto, mesmo com todas as dificuldades, uma postura possível e desejada é enxergar e compreender esse território a partir de suas potências, e não somente a partir de suas carências. Nesse sentido, o cenário cultural aponta um caminho estimulante de reconhecimento, resistência e transformação. O poeta e agitador cultural Sérgio Vaz, criador da Cooperativa Cultural da Periferia (Cooperifa), se refere ao pulsante cenário cultural atual como “Primavera Periférica”. Em um dos textos de seu terceiro livro, “Flores de Alvenaria”, ele escreve:

“Quem poderia imaginar que, um dia, um sarau de poesia – entre mais de cinquenta que acontecem em Sampa –, no extremo da periferia paulistana, região que já foi considerada um Vietnã, devido à violência extrema, poderia completar dez anos de atividade? Quem poderia imaginar que a Literatura iria invadir bares e transformá-los em centros culturais, e que esses mesmos bares virariam cineclubes, espaços para teatro, debates, música, dança, lançamento de livros, CDs e demais práticas culturais e artísticas? E o que seria mais importante, que viria do povo, para o povo, sem intervenção ou concessão de ninguém? Pois é, esse dia chegou.” (VAZ, 2015, p.20)

A expressão dos artistas e a atuação de coletivos é bastante interessante para compreender o caráter emancipatório de sua produção a partir de suas próprias narrativas, e como surge uma nova subjetividade da população que reconhece politicamente sua condição e tem orgulho dela. A cultura popular periférica se reflete na explosão dos coletivos de diversas naturezas. E ao tocar em temas como identidade e pertencimento, tem na ação dos grupos do território e para o território (“nóis por nós”) uma dimensão política de sua atuação. Esta se dá pela intervenção direta em seus espaços, pelo fortalecimento das redes locais e pela articulação de movimentos organizados ao reivindicar a democratização da distribuição dos recursos públicos e da gestão dos equipamentos culturais públicos.

Nesse sentido, as lutas por cultura nas porções periféricas da cidade ocorrem pela reivindicação de construção de novos equipamentos culturais, por transparência e participação na gestão desses espaços e por políticas públicas que reconheçam e estimulem a pluralidade de linguagens e formatos das expressões de artistas e coletivos. Na cidade de São Paulo, essas mobilizações estruturaram estratégias de aumento da rede de equipamentos, notadamente os CEUs e as Casas de Cultura, e mais recentemente políticas de fomento com apoio financeiro a práticas artísticas e culturais de coletivos com diferentes formatos, como o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), com editais anuais desde 2003.

Recentemente, em 2016, foi sancionada a Lei de Fomento à Periferia, após um processo que durou três anos de diálogo entre a Câmara dos Deputados e a Secretaria Municipal de Cultura com o Movimento Cultural das Periferias. A formação desta organização é resultado da articulação de diversos coletivos da cidade, com diversidade de atores políticos, militantes e trabalhadores da cultura. A lei se diferencia de outros programas de fomento existentes principalmente pela obrigatoriedade da destinação proporcional dos recursos às regiões mais vulneráveis da cidade, além do fato de que os grupos contemplados precisam ter um histórico de atuação nas regiões. O programa reconhece a dimensão territorial da cultura, o que aliou diversos coletivos das regiões periféricas na participação direta na elaboração da lei e na garantia de seu funcionamento, pois o montante dos recursos deve ser negociado a cada ano para sua inclusão no orçamento da cidade.

Portanto, o início da pesquisa foi marcado pelo desejo de conhecer e aproximar-se do que se tratava a tal primavera periférica e dos aspectos políticos do fortalecimento dos coletivos, processo que foi bastante enriquecedor pela possibilidade de conhecer outras narrativas e pelo convite à reflexão da própria identidade, inserção na cidade e potenciais de ação. Embora esse tema se relacione com a formação territorial numa escala metropolitana, sentia o desejo de trazer a discussão para questões espaciais mais localizadas. Comecei explorando mapeamentos de equipamentos culturais e de grupos e coletivos atuantes, percebendo a importância de compreender os espaços por seus agentes formadores e gestores. Buscava relacionar espaço físico e modelo de gestão – o que toca em questões de institucionalidade e autonomia de seus agentes, além da própria administração pública. Foi durante esse processo que conheci e entrei em contato com o Território do Povo.

1.2 Justificativa da escolha do caso

O Território do Povo está no Campo Limpo na zona sul de São Paulo e se define como uma confederação de coletivos com diversas atuações. Os grupos se organizaram a partir da articulação da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Sócrates Brasileiro, que é vizinha de um terreno público até então abandonado, para o qual reivindica-se seu uso social, com a demanda de programa cultural formulada com a participação da comunidade. A formação e a prática do coletivo, desde 2015, são interessantes porque se relacionam com vários dos temas abordados anteriormente: a localização na periferia, a composição por grupos e coletivos que refletem e atuam sobre seu espaço, bem como sua articulação pela demanda da cultura. O fortalecimento das redes locais a partir do posicionamento crítico em relação ao espaço aponta o caráter político de seu reconhecimento no território, confirmado desde as primeiras interações e ao longo dos processos que seguiram.

Essa dimensão é expressa a começar pelo próprio nome do coletivo. Como é abordado na tese de doutorado “Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada”, de Silvia Lopes Raimundo, o conceito “território” é imprescindível nas análises geográficas e amplamente discutido por diversos autores, brasileiros e estrangeiros, ao longo da história da geografia e de outros campos científicos, por exemplo, na antropologia, onde ele é associado à cultura e suas subjetividades (RAIMUNDO, 2017, p. 59). O aprofundamento desse conceito não faz parte do escopo desse trabalho, mas indica como o coletivo Território do Povo envolve na sua prática e aponta em seu próprio nome a relação indissociável que o termo “território” pressupõe entre o espaço físico e a população que o ocupa, numa relação recíproca de pertencimento e identidade.

O fato de ter a demanda por uso de cultura localizado em um terreno definido também se apresentava como uma oportunidade de pensar um projeto em conjunto com o grupo, cujos atores possuem um olhar crítico do território, organizam as demandas e se articulam politicamente para reivindicá-las e construí-las. Do ponto de vista do projeto e do planejamento, este é um cenário fértil para além de formular as diretrizes de desenho, de fato emprega-las; lidando na prática com os meios de viabilização das intervenções sonhadas e propostas. Como será relatado nesse trabalho, os meios para a realização das ações e a implantação dos projetos tocam várias questões como a inserção na periferia da cidade e em área de preservação ambiental, a relação com as instituições públicas, o alcance da mobilização e participação popular e o papel de agentes externos.

1.3 Aproximação ao tema de pesquisa

Me aproximei do grupo com a expectativa de que ali teria espaço para me inserir e contribuir de alguma maneira com minha formação de arquiteta urbanista, mesmo que em curso. A princípio, minha expectativa era de entender melhor as demandas para estruturar o programa do equipamento e de fato propor um projeto. No entanto, só fui compreender melhor os processos em andamento e as dinâmicas internas do grupo quando comecei a frequentar as reuniões a partir de abril de 2017, que são abertas e acontecem mensalmente. Só então eu soube que a mobilização em torno do terreno, desde 2015, já havia tido encaminhamentos significativos em relação ao projeto. Pelas parcerias políticas firmadas, e via Secretaria Municipal de Educação (SME), o coletivo foi recebido pela Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SIURB), que apresentou um projeto atrelado à proposta de anexação do local à escola EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, vizinha do terreno.

Além da demanda por infraestrutura permanente, o coletivo também desenvolvia um projeto de ocupação do local em parceria com um grupo de estudantes de arquitetura. Quando comecei a frequentar as reuniões, o grupo estava na fase de elaboração desse projeto, e pude acompanhar algumas interações entre eles, a apresentação do projeto na faculdade e a devolutiva para o grupo e para a escola em setembro de 2017. Ao longo do ano, continuei frequentando as reuniões e gradativamente fui apreendendo as questões postas, deixando de ser ouvinte e passando a ter uma participação mais ativa dentro e fora das reuniões.

Este trabalho tem o objetivo de abordar, sob a perspectiva de pesquisadora e gradativamente colaboradora do coletivo, a trajetória do grupo e as questões

levantadas ao longo do meu processo de aproximação. De início, em busca de compreender melhor a formação daquele terreno e seu entorno, foram realizadas pesquisas sobre seu histórico recente, inserido na complexidade de um território periférico e em área de preservação ambiental. Este conteúdo pude expor em um seminário interno do coletivo e fui convidada a apresentar durante uma aula da escola. Ao começar a frequentar as reuniões do coletivo, também fui me apropriando dos projetos formulados e os modos de organização do grupo, buscando compreender as questões envolvidas através de suas narrativas evitando protagonizar de qualquer forma os processos em andamento.

E finalmente, buscando contribuir diretamente com o coletivo, pude participar do planejamento e execução de algumas ações, sendo uma delas a construção de um domo geodésico no terreno, que foi contemplada na programação da 11ª Bienal de Arquitetura de São Paulo. Acompanhar e participar da concretização das ações planejadas foi uma oportunidade de lidar de forma realista com as estratégias de viabilização possíveis naquele contexto, que tocam em questões da participação popular, relação com as instituições, modos de organização e papel de agentes externos. Apresentar as questões despertadas neste processo faz parte deste trabalho, que não tem o intuito de chegar a posicionamentos definitivos, mas de ser um convite à reflexão sobre o processo vivenciado para atuar da melhor forma possível nos caminhos e possibilidades futuras.

1.4 Apresentação do conteúdo do caderno

O presente caderno está estruturado em três partes. Na primeira, é apresentada a formação do Território do Povo, sob duas óticas: pela formação do terreno e pela formação do coletivo. Sobre o histórico recente do terreno, tive como base pesquisas bibliográficas realizadas em diversas plataformas e consulta a documentos. Cabe destacar que essas consultas foram realizadas em um período que realizava estágio na Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP), o que facilitou o acesso a documentos e processos, ainda que se tratem de espaços públicos ou sob a administração pública. O item sobre a formação do coletivo foi feito a partir de registros do próprio grupo e por várias conversas ao longo do período que frequentei as reuniões.

Na segunda parte do trabalho, procuro abordar a pauta da cultura no território de uma maneira geral e como se organizam no espaço e no modelo de gestão, no intuito de situar o coletivo em seu entorno e de explorar as possibilidades de seu modo de organização. Também são apresentados os projetos elaborados para o terreno: o primeiro formulado por SIURB em 2016, tendo como base os registros e relatos do coletivo, e o projeto de ocupação elaborado por estudantes de arquitetura em parceria com o coletivo em 2017, cujo desenvolvimento acompanhei parcialmente.

Na terceira parte do trabalho, relato as atividades que participei desde que passei a colaborar com o grupo, procurando evidenciar como questões relacionadas à mobilização e participação popular, papel das instituições e agentes externos se deram na prática. Por fim, apresento as considerações finais e reflexões despertadas ao longo do processo. Também estão relacionadas as referências bibliográficas que, mesmo que não apareçam diretamente relacionadas no corpo do trabalho, foram importantes para a compreensão de conteúdos que permeiam o tema.

2. O TERRITÓRIO DO POVO

2.1 Formação do terreno

O terreno é situado na Zona Sul de São Paulo, próximo ao limite do município de Taboão da Serra, no distrito do Campo Limpo da Prefeitura Regional do Campo (figura 01). Sem uso definido, a principal referência de localização é a escola vizinha: Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, situada na rua Professora Nina Stocco, 597. O lote do terreno e escola se localiza na divisa no limite do bairro Jardim Catanduva com o Jardim Olinda.



Figura 01. Localização do terreno em São Paulo. Fonte: Google Imagens, com adaptação da autora na indicação dos distritos e municípios do entorno

Seu entorno imediato é definido pela escola ao sul; pela rua Professora Nina Stocco à oeste, onde do outro lado há o Residencial Floresta de Campo Limpo, condomínio residencial vertical composto por torres com mais de dez andares e com grande reserva de área verde onde há uma nascente. Ao norte, há uma viela e, à leste, há o córrego Olaria, canalizado não tamponado, cuja margem oposta é composta por edifícios laminares verticais de quatro andares (figura 02).



Figura 02. Identificação dos elementos do entorno. Fonte: Márcio Leite, professor da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, com adaptação da autora nas indicações dos elementos do entorno

11

Tal qual grande parte da periferia da região metropolitana de São Paulo, a região também correspondeu a um dos grandes “vazios” para os quais se direcionaram os vetores do crescimento desenfreado da cidade, principalmente a partir da década de 70. De maneira geral, a expansão da malha urbana dos grandes centros urbanos no Brasil decorreu nas últimas décadas de forma desigual e desordenada, com a consolidação dessas áreas como lugar de moradia para grandes parcelas da população sem a provisão de infraestrutura urbana, sobretudo para as populações mais vulneráveis.

Esse tipo de ocupação abrange inclusive áreas de preservação ambiental, como nas áreas de mananciais e ao longo de leito de rios e córregos – que é o caso da região onde se localiza o terreno. As áreas livres dos cursos d’água de seu entorno (remanescentes de áreas não edificantes pela proximidade de córregos) começaram a ser ocupadas em 1978, processo intensificado na década de 1980, quando um núcleo de favelas foi formado. (figuras 03 e 04).

O local, afetado por enchentes e com situações de risco devido à ocupação precária das margens e dos sítios mais íngremes, já havia sofrido intervenções anteriores por parte da prefeitura entre 1989 e 1991, na gestão de Luiza Erundina (PT), pelos programas de provisão (Prover) e de urbanização de favelas, com a construção de 54 unidades habitacionais. Nesta época, um terreno contíguo foi desapropriado para a construção de unidades habitacionais destinadas aos moradores da área, mas a urbanização não foi concluída e as áreas remanescentes foram ocupadas, formando um novo assentamento precário (SAMORA, 2008, pg. 255).

A construção do conjunto habitacional

A área foi indicada para integrar o Programa Bairro Legal de urbanização de favelas, criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo entre 2001 e 2004, na gestão da Marta Suplicy (PT). No programa, os projetos foram desenvolvidos por empresas vencedoras de licitação - no Jardim Olinda, o Grupo Técnico de Apoio foi a empresa vencedora da licitação e responsável pelo projeto, que desenvolveu desde



Figura 03. Foto aérea e favelas em 2004.
Fonte: Geosampa, com adaptação da autora no destaque do terreno

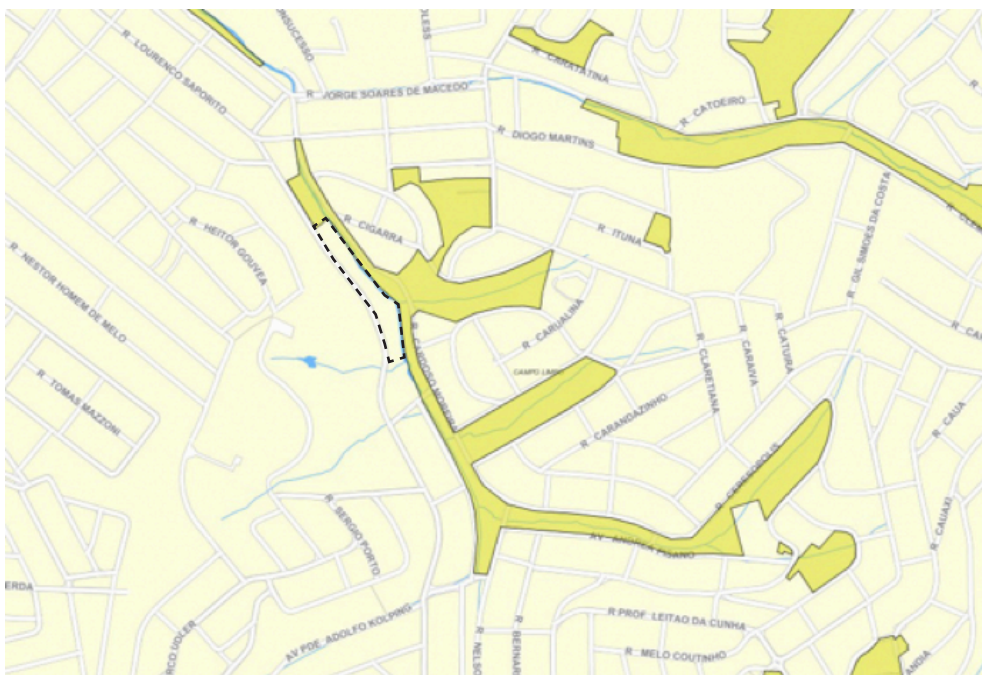


Figura 03. Rede hidrográfica e favelas em 2004.
Fonte: Geosampa, com adaptação da autora no destaque do terreno

os levantamentos básicos e diagnósticos até o projeto executivo de urbanização. O trabalho social foi coordenado por Habi-Sul, parte da Sehab, não só no acompanhamento e fiscalização do processo de diagnóstico, mas, principalmente, com o objetivo de garantir que a população tivesse condições de opinar e participar, influenciando diretamente nas tomadas de decisão.

De maneira geral, a prioridade nas obras de infraestrutura era equacionar a situação das redes de água, esgoto e drenagem – o que implicou a canalização dos córregos (alguns tamponados) e a proposta de construção de novas unidades adequadas às especificidades das até então situações de risco, para a manutenção das famílias em seu local de moradia afim de minimizar as remoções. Nos terrenos situados ao longo do córrego Olaria, inclusive a quadra onde se localiza o terreno, na margem leste do córrego, o projeto do conjunto habitacional previa a canalização do córrego e a construção de novas unidades em tipologia vertical. Os blocos eram compostos por edifícios laminares sinuosos, que poderiam ser combinados de forma a acompanhar o leito do curso d'água se adequando aos diferentes terrenos aos quais se destinavam essa tipologia.

Os edifícios seriam compostos por áreas comuns no nível térreo e por mais quatro pavimentos acessíveis por escadas, com os apartamentos acessíveis por galerias. A contenção das margens do córrego foi especificada para ser construída por muro de gabião, estrutura feita por pedras empilhadas em gaiolas de arame. Esse sistema tem baixo impacto ambiental, pois devido ao alto índice de vazios da estrutura (espaço entre as pedras), a permeabilidade do solo é mantida, permitindo a drenagem do fluxo de água. Nos terrenos onde essa tipologia foi proposta, a margem não edificante a partir do córrego foi fixada em cinco metros. Mesmo situados em área de preservação permanente, essa "flexibilização" é possível por se tratar de processo de regularização fundiária, sendo o assentamento ocupado por população de baixa renda em área urbana consolidada.

O complexo processo de regularização fundiária, que inclui a dimensão urbanística descrita, também envolve uma dimensão jurídica específica para cada caso (principalmente pela falta de uma política nacional de "reconhecimento" dos assentamentos informais), em diálogo com o município e também com a legislação ambiental específica junto a órgãos estaduais. Os conjuntos só tiveram sua construção iniciada em 2005, pela Construtora Gomes Lourenço Ltda., na gestão de José Serra (PSDB). O setor 2, situado na quadra do terreno, composto por 120 unidades, foi entregue em 2006, na gestão de Gilberto Kassab (PFL). No projeto construído, foram realizadas alterações no projeto executivo elaborado pela metodologia do Bairro Legal (que incluiu a participação dos que seriam os futuros moradores do empreendimento).

As margens do córrego parcialmente canalizado foram impermeabilizadas e os edifícios tiveram os espaços livres previstos no térreo substituídos por mais unidades, o que compromete sua qualidade (figura 05). Os edifícios situados no outro lado da rua foram ainda mais descaracterizados, com a implantação dos blocos disposta na direção oposta a qual previa o projeto.

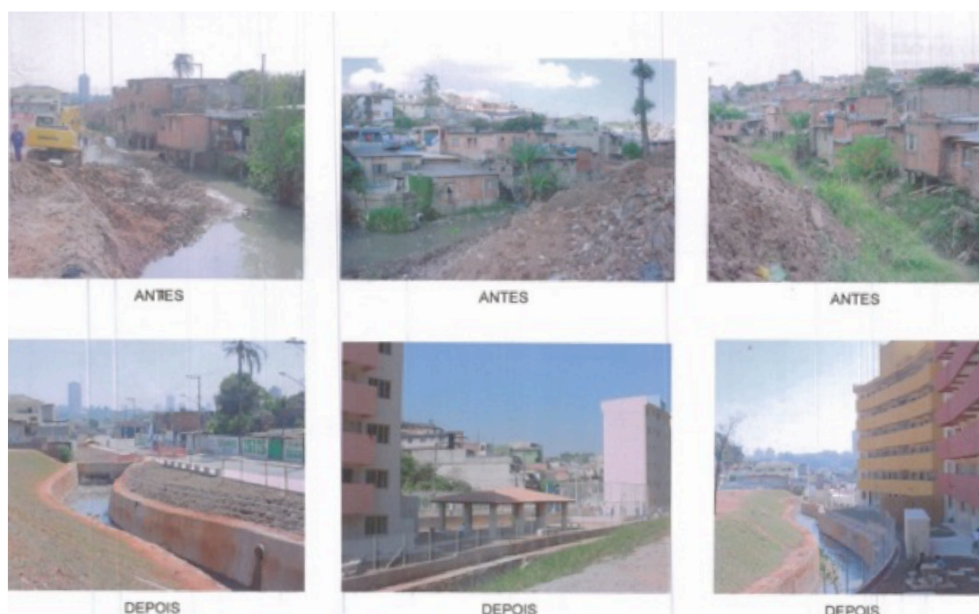


Figura 05. Fotos antes e depois da entrega dos conjuntos. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Relatório de Visita Monitorada às Obras de Urbanização Habi-Sul Jd. Olinda, 2008

A construção da escola

A margem oeste do córrego, na quadra do terreno, também teve sua formação associada às áreas remanescentes de loteamentos. Nesse caso, a área fazia parte da mesma propriedade que o condomínio residencial ao lado, com é possível observar na planta de arruamento (figura 06). Embora a proposta não tenha sido aprovada nesse desenho, lê-se na porção de terra destacada (corresponde atualmente à escola e ao terreno) "Área reservada ao mesmo proprietário, o que indica que se tratar de área remanescente do mesmo loteamento. Diferente dos terrenos similares vizinhos, a área não foi ocupada por moradia. Em relatos de moradores da região, a área sempre teve uso particular e em anos mais recentes, ali funcionava um lava-rápido. Nos documentos do projeto de reurbanização

desenvolvido no Programa Bairro Legal, o lote aparece como “área particular”, e tem o registro de uma pequena edificação no local onde hoje se localiza a escola.

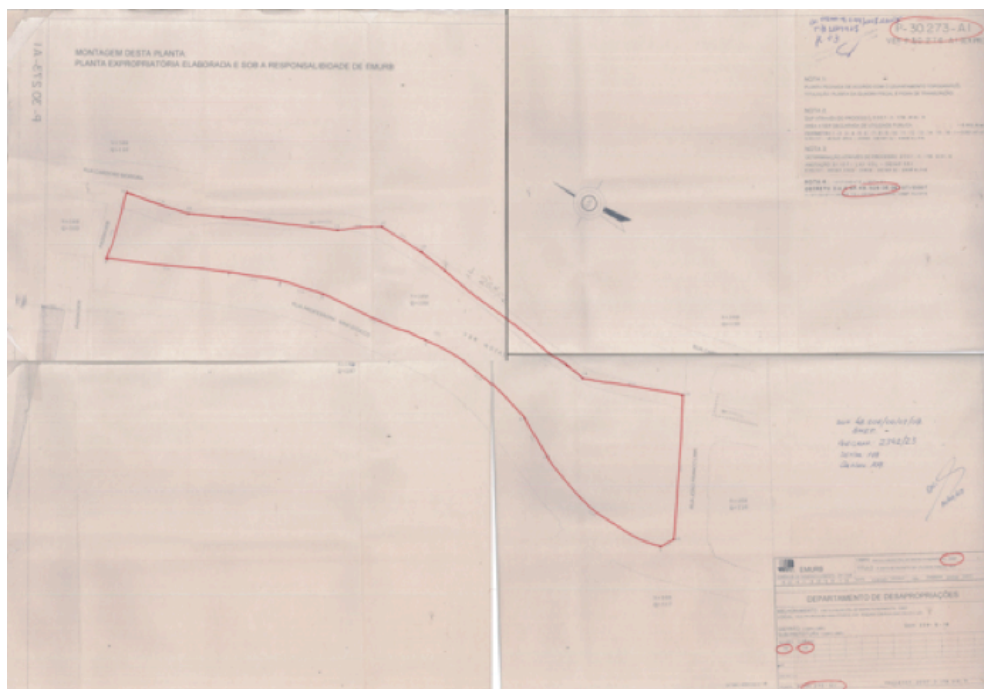
Em 2007, todo o lote foi objeto de um Decreto de Utilidade Pública (DUP), a partir do qual se iniciou o processo de desapropriação do antigo proprietário (figura 07). O perímetro da área a ser desapropriada para a construção da EMEF compreendia todo o lote, onde hoje são a escola e o terreno reivindicado na atuação do Território do Povo. De modo geral, o desenvolvimento dos projetos das escolas municipais seria feita pelo Departamento de Edificações (EDIF), parte da Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SIURB)- mas o departamento inviabilizou o projeto por se situar em área de preservação.

14

Figura 06. Planta de Arruamento número ARR2445-PA-PRC do condomínio não aprovada, com destaque para o lote mencionado por adaptação da autora. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, 1981

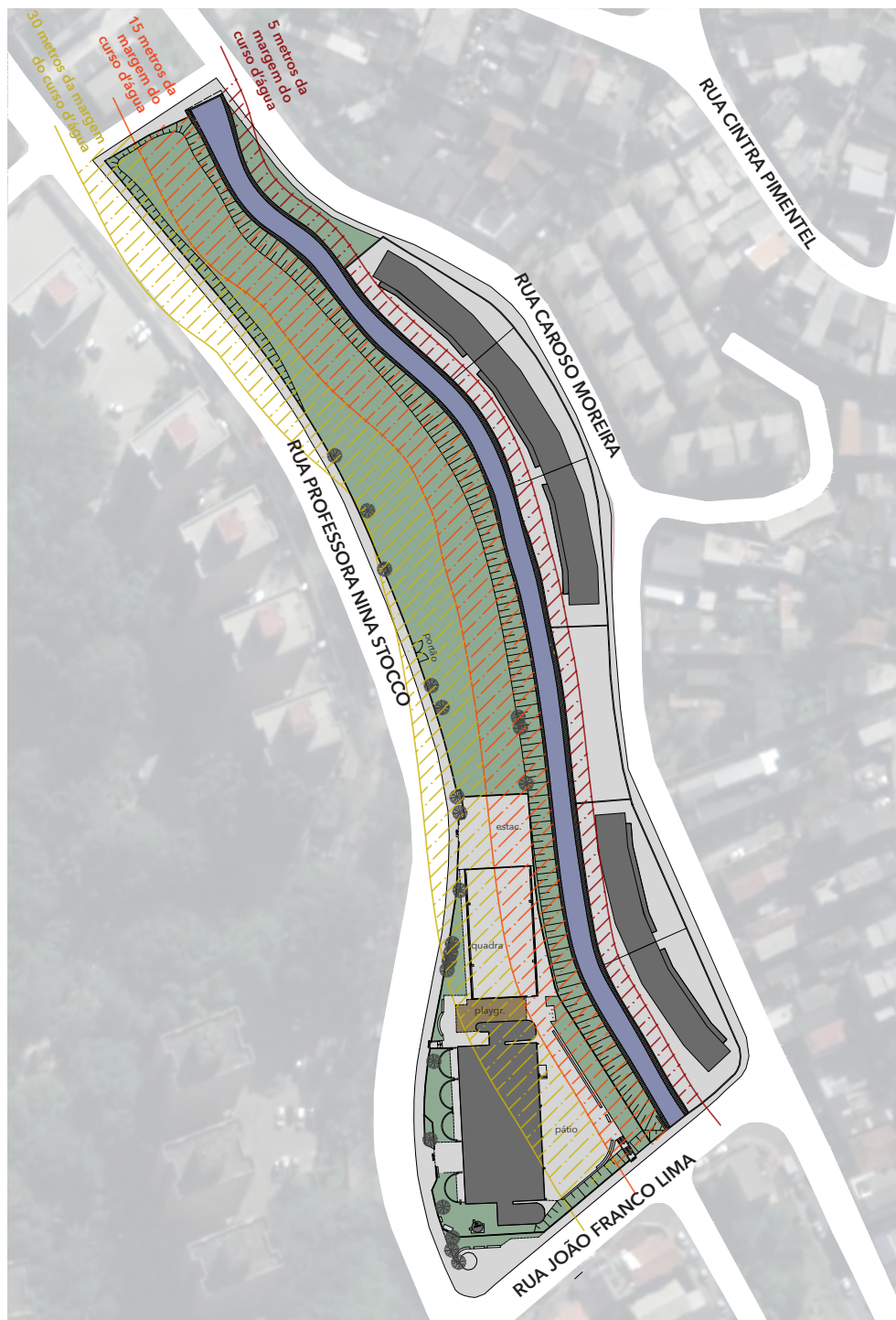


Figura 07. Planta de Decreto de Utilidade Pública número P-30.273-AI, com o perímetro de toda área a ser desapropriada para a construção da EMEF. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, 2007



O projeto foi desenvolvido pela EMURB (Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo), empresa pública vinculada à prefeitura extinta em 2009, quando foi cindida na SP Urbanismo e SP Obras. Mais uma vez, a construção da escola só foi viável pela “flexibilização” da compreensão dos limites construtivos em área de preservação junto aos órgãos competentes por se tratar de utilidade pública. Dessa forma, a faixa não edificada foi de quinze metros (figura 08).

A implantação da escola segue o padrão construtivo tradicionalmente empregado nos projetos de edifícios escolares de forma geral. O programa foi concentrado na única edificação, com as salas administrativas, da coordenação e dos professores no térreo, bem como cozinha e refeitório; as salas de aula distribuídas nos andares superiores ao longo de corredores; com uma quadra coberta no último pavimento. As áreas externas são majoritariamente cimentadas (portanto impermeabilizadas) no pátio, com uma quadra poliesportiva e estacionamento. Os trechos das áreas verdes são faixas ao longo dos muros e cercas e pequenos jardins acessíveis pelas salas de coordenação e de professores.



Implantação
Escala 1:1500

Figura 08. Implantação da EMEF com indicação distância do curso do córrego. Fonte: Elaboração da autora sobre AS-BUILT da escola realizado por EMURB



Figura 11. Foto aérea do terreno com indicação das vistas Fonte: Google Imagens, com adaptação da autora na indicação das



Vista 1



Vistas 2 e 3



Vistas 4 e 5



Vista 6



Vista 7

Figuras 12 a 18 . Vistas do terreno em 2017. Fonte: fotos da autora

São várias as ações que são feitas na escola para continuamente melhorar a qualidade dos espaços (da perspectiva do convívio e permanência e do próprio estímulo pedagógico). Assim, os espaços de circulação são ocupados com trabalhos dos alunos, foi realizada uma atividade de plantio de mudas de arbustos em uma faixa de área verde ao longo de uma cerca, mutirão com convite aos pais para revitalização dos equipamentos de brincar, instalação de novos equipamentos com materiais reutilizados como pneus a partir de campanha para o recebimento, adoção da metodologia de “salas-ambiente” pela qual as salas de aula são divididas por área do conhecimento e ambientadas com elementos educativos e lúdicos.

O esforço da escola como um todo, e dos professores e funcionários especificamente, tem o efeito de qualificar a estrutura física da escola, que apresenta diversas limitações. Vários espaços são subdimensionados (provavelmente limitados pela necessidade de “encaixar” o programa dentro das limitações construtivas do local). Funcionários relatam como é pequeno o espaço da cozinha, por exemplo; há um pavimento inteiro de salas de aula sem sanitários, as áreas livres e/ou de recreação também se distribuem no próprio espaço do refeitório ou no pátio externo praticamente todo cimentado, onde estão o playground e a quadra descoberta – gradeados em seu limite imediato. O aspecto árido é amplificado pelo contraste com a área do terreno ao lado: livre, verde e com árvores.

Uma vez que todo o terreno foi desapropriado, por que a escola foi construída só em parte dele? Será que para ali havia outros planos? Provavelmente, a área total da escola foi delimitada pelo dimensionamento mínimo necessário a fim de englobar o programa do equipamento, no trecho com maior potencial construtivo. No aspecto construtivo, o direcionamento de muitas obras públicas é o da extrema racionalização e otimização do programa e dos recursos na construção, mesmo que isso implique em menor qualidade dos espaços (sendo a produção de habitação de interesse social a máxima dessa lógica). Nesse método, os projetos são desenvolvidos prevendo soluções e materiais com o menor custo e frequência de manutenção, o que implica muitas vezes em intervenções de grande impacto – ambiental e visual.

Já os fundamentos das intervenções com menor impacto ambiental, que impermeabilizem menos o solo e consequentemente interfiram menos no sistema de drenagem natural, envolvem outros princípios. Porém, essas técnicas ainda não são absorvidas pelos métodos construtivos tradicionalmente empregados nesse tipo de obra. As técnicas de baixo impacto, de um modo geral, são pautadas por pequenas intervenções que configurem redes resilientes em seu funcionamento, numa abordagem ecológica, que demandam zelo e manutenção permanentes. Trilhar os caminhos e desejos sobre o terreno com esse tratamento também seria uma potência de transformação daquele espaço, até então não aproveitada.

O terreno é um resquício de área verde pública na região, que é bastante densa, e a existência do curso d’água caracteriza terreno integralmente como área de proteção permanente (APP) de acordo com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN), apelidada de “Novo Código Florestal Brasileiro”¹. A área de mais de 4000 metros quadrados distribui-se por uma faixa com aproximadamente 180 metros de comprimento e largura variável de 15 a 30 metros, e está definido por um lado pela margem canalizada do córrego e por outro pelo muro ao longo do limite com a rua Professora Nina Stocco. As barreiras, no entanto, não impedem que haja circulação no local, mesmo o portão existente está sempre aberto. Ocupar o local é portanto necessário para que ele não volte a situação de antes da mobilização.

2.2 Formação do coletivo

A mobilização em torno do terreno partiu da própria EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, onde professores, funcionários e alunos conviviam cotidianamente com as consequências do abandono: descarte de lixo e entulho, pasto ilegal de animais, rota de fuga de pequenos furtos e ponto de drogas. Os efeitos eram negativos para o bairro como um todo, mas ainda mais graves se considerado quem circula pelo local regularmente: a comunidade escolar com centenas de crianças e adolescentes. A situação do local era um elemento que refletia e agravava as altas taxas de vulnerabilidade social da região.

1. A delimitação das Áreas de Preservação Permanente está disposta no artigo 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.: Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei: I - as faixas marginais de qualquer curso d’água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura [...]

Na instância do Conselho de Escola, órgão colegiado deliberativo, foram despertadas as primeiras inquietações em relação ao terreno, mas outras ações já haviam sido realizadas a partir do debate sobre a inserção do lugar da escola e sobre sua identidade. Nesse caminho, a partir de 2011 foram iniciadas atividades interdisciplinares para a escolha de um novo nome para a unidade, até então denominada “EMEF Campo Limpo I”. Através de discussão sobre diversos personagens importantes para o Brasil e para o bairro, estudantes, pais e funcionários elegeram o nome Dr. Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira. O homenageado foi escolhido por sua atuação como esportista, médico e, principalmente, como defensor da democracia; a oficialização do nome aconteceu em 2015.

A EMEF Dr. Sócrates Brasileiro se configura como um local de articulação das redes locais, explorando o potencial de catalisadora de iniciativas culturais. O próprio espaço da escola é palco de apresentações teatrais, realização de saraus, exibição de filmes etc, além de intervenções no próprio edifício escolar, como grafites (figuras 09 e 10). A escola já apresentava esse perfil de “olhar para o território”, tendo ainda incluído o tema em seu plano político-pedagógico – trabalho pelo qual ganhou o 1º lugar do Prêmio Paulo Freire de Qualidade de Educação da Câmara Municipal de São Paulo em 2017, em sua 12ª edição.

Sobre o terreno, a primeira iniciativa foi de buscar informações acerca de sua propriedade. Depois de pressões à Prefeitura Regional, foi confirmado que se tratava de um terreno público, embora não fosse reivindicado por nenhuma secretaria. A proposta de revitalização do terreno e a construção de um galpão cultural para oficinas culturais, esportivas, profissionalizantes e de lazer nasceu em 2015, quando o Conselho de Escola convidou a comunidade do entorno, os coletivos culturais e associações de bairro para discutir o uso social do espaço.



Figura 09. Grafite dentro do espaço da escola.
Fonte: foto da autora, 2017



Figura 10. Roda literária com o poeta Marco Pezão, Geraldo Magela e Tati Candeia, evento realizado no espaço da escola dentro da programação da Feliz - Feira Literária da Zona Sul, em 2017
Fonte: Acervo da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro

Desse encontro foram iniciadas as reuniões de organização e mobilização para transformação daquele espaço, que deram origem ao coletivo Território do Povo. Mais precisamente, o grupo se define como uma federação de coletivos, por ser composto por vários coletivos de origens diversas nas suas formações e frentes de atuação. Como consta no Manifesto Território do Povo escrito em 2016, ele foi constituído por, além da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro na figura de seu Conselho de Escola, pela ASSAJO (Associação de Moradores do Jd. Olinda), a Brechoteca Biblioteca Popular, o Sarau do Binho, a Acadêmicos do Campo Limpo, a Brava Companhia de Teatro, o coletivo RUA – Juventude Capitalista e o coletivo de grafite KVC – Kores e Valores Crew.

O Conselho de Escola é um órgão colegiado que debate, acompanha e delibera sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola; dele participam representantes da comunidade escolar e local. Sua existência favorece a gestão democrática, por ser um espaço de decisão aberto à participação da comunidade, tendo vínculo direto ou indireto com a instituição. Em muitas escolas, o órgão pode ter um papel apenas figurativo, e funcionar como um procedimento burocrático com o seu sentido político esvaziado, o que se relaciona com a crise da participação da sociedade civil em espaços de representação democrática em várias escalas. Na EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, é importante destacar a importância da diretora Solange Amorim no fortalecimento da instância do conselho e nas diversas ações que se seguiram, sendo ela mesma uma articuladora em diversas frentes e participante ativa do coletivo, para além das interlocuções internas da escola.

A ASSAJO é a Associação de Moradores do Jardim Olinda, cuja sede se localiza a poucas quadras dali. Há uma outra associação, a Associação Catanduva do Jardim Olinda e Adjacências no entorno, cuja sede é literalmente em frente à EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, mas não há muita programação no local e seus representantes não se articularam com a mobilização. A ASSAJO, no entanto, que funciona desde 1981, já sediou vários serviços à comunidade, tendo inclusive abrigado por muitos anos uma creche no local, serviço que foi desativado pelo prédio não estar de acordo com as normativas, tampouco sua situação fundiária. A regularização para a adequação do espaço para esse uso não deixou de figurar planos a longo prazo da associação. A própria sede da associação foi construída por mutirão e se configurou como o primeiro centro comunitário do bairro.

Entre os membros que gerem o local, estão moradores antigos que testemunharam e atuaram em várias das lutas por urbanização e serviços básicos na região. Como bem resumiu em uma fala em certa reunião do coletivo, Zenaide Bernardes, antiga moradora do bairro e membra da ASSAJO: “Aqui a gente sempre teve que brigar por tudo. Antes era por luz, água e asfalto. Depois foram as escolas. Agora é por cultura.” No local, funcionam serviços de assistência social como distribuição de leite, além de aulas de alfabetização para adultos, aulas de corte e costura, capoeira para crianças etc. A partir da aliança com o Território do Povo, também foi local de reuniões e firmou uma parceria para acolher a sede, mesmo que provisoriamente, de outro coletivo integrante: a Brechoteca Biblioteca Popular.

A Brechoteca, a “Brechô” como também é conhecida, tem esse nome relacionado ao início de suas atividades em 2010, quando a biblioteca comunitária foi fundada pelo poeta Binho (do Sarau do Binho) e família, e o espaço possuía um brechó com o intuito de custear os gastos de manutenção do lugar. Localizada no Jardim Rebouças, bairro vizinho ao Jardim Olinda, por muito tempo configurou o único centro cultural da região, se tornando uma referência para a comunidade no fomento à leitura e acesso à informação, entre outras atividades culturais.

A partir de 2012, a biblioteca passou a ser a sede da coletiva Achadouras de Histórias, e o espaço deixou de abrigar o brechó, ampliando assim o espaço de convivência e leitura. A coletiva gestora do espaço é formada hoje por cinco mulheres, e tem intenções de homenagear uma das antigas integrantes, que faleceu em 2014, renomeando como Biblioteca Comunitária Djeanne Firmino. No fim de 2016, o grupo foi contemplado no primeiro edital de Fomento à Periferia, e ilustra bem o potencial da lei: apoiar financeiramente práticas relevantes e reconhecidas de atuantes no campo da cultura nas regiões periféricas da cidade, reconhecendo a pluralidade cultural e estimulando a produção de artistas locais.



Figura 19. Área externa da sede da ASSAJO, onde a Brechoteca Biblioteca Popular compartilha o espaço. Fonte: Acervo Brechoteca Biblioteca Popular, 2017



Figura 20. Atividade com frequentadores da Brechoteca Biblioteca Popular. Fonte: Acervo Brechoteca Biblioteca Popular, 2017

Recentemente, o grupo não tinha mais condições de permanecer no antigo espaço, mas por meio da articulação com o Território do Povo, fez a parceria com a ASSAJO para ali estabelecer sua sede e dar continuidade a seu trabalho (figuras 19 e 20). No local, além do serviço de empréstimo de livros, gibis e outras mídias, há práticas de mediação de leitura, contação de histórias, projeção de filmes, encontro de mulheres, oficinas, saraus, entre outras atividades, muitas com foco nas crianças e com caráter cultural e educativo. A biblioteca ainda integra a LiteraSampa, rede de bibliotecas da região metropolitana de São Paulo, e a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, organização que existe desde 2015 e articula 115 bibliotecas em nove estados do Brasil.

O Sarau do Binho é uma grande referência não apenas no Campo Limpo, onde começou e continua atuando ativamente, mas da produção literária periférica como um todo – sendo o próprio Binho um poeta que inspirou vários outros artistas e produtores culturais da região. O sarau ficou conhecido quando acontecia no Bar do Binho, em Campo Limpo, e atraía muitas pessoas um vez por semana. Em 2012, o bar foi fechado pela subprefeitura alegando não ter autorização para seu funcionamento. Desde então o Sarau do Binho passou a ter um caráter de articulador de várias movimentos e ações articuladas pela cultura periférica, tendo o próprio sarau adquirido também um caráter itinerante pelo território e realizado diversas ações em diálogo com a Brechoteca e a EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, fortalecendo a parceria.

Há ainda articulação com o movimento RUA – Juventude Capitalista, organização política nacional com diferentes atuações; no contexto do Território do Povo, cabe destacar a frente de Movimento Popular, que discute pautas e realiza projetos a partir do recorte das periferias, alinhando-se com a atuação do coletivo. Outro parceiro é a Brava Companhia de Teatro, cuja produção teatral se destaca pelo posicionamento militante e pelo forte discurso político. A sede da companhia foi durante mais de dez anos no Sacolão das Artes, uma ocupação cultural no distrito vizinho. Outro parceiro ao longo da mobilização também é o KVC – Kores e Valores Crew, coletivo de grafiteiros que apoia a mobilização como na ação de intervenção dos muros do terreno e da escola.

Há vários outros grupos e pessoas que são parceiros de alguma forma no apoio ao Território do Povo, que o consolida como articulador de várias lutas do território. A formação do agrupamento foi partir das inquietações terreno em particular, mas a mobilização que se desdobrou é mais ampla, com caráter de fortalecimento das redes locais. A auto-definição como uma “federação de coletivos” é bem precisa pois expressa o caráter múltiplo dos envolvidos. Estes aspectos são fundamentais para compreender o cenário amplo no qual o movimento se insere, e a compreensão das dinâmicas entre os grupos também foi se tornando mais clara ao longo do período de aproximação.

Nesse trabalho, a menção de “coletivo” ou “grupo” não engloba a totalidade da rede articulada pelo Território do povo, mas se refere aos parceiros com os quais pude interagir durante o período que frequentei as reuniões desde maio de 2017, principalmente integrantes da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro, da Brechoteca Biblioteca Popular, ASSAJO e do RUA. Quanto aos encaminhamentos relativos ao terreno, que foram meu objeto maior de interesse durante o processo, o grupo já havia realizado uma série de ações desde 2015: desde a reivindicação de limpeza e zeladoria à Prefeitura Regional, graffiti no muro – que foi realizado duas vezes pois houve pintura que encobriu a primeira intervenção, mutirão para revitalização da viela em uma das extremidades do terreno, além de ocupações simbólicas no local, com manifestações culturais e ação conjunta com posto de saúde (figuras 21a 24).

Figura 21. Grafiteagem no muro em 2015. Fonte: Acervo Território do Povo



Figura 22. Prática de capoeira realizada por parceiros em ocupação social do terreno em 2015. Fonte: Acervo Território do Povo



Figura 23 e 24. Oficina cultural e serviço de saúde realizadas por parceiros em ocupação social do terreno em 2015. Fonte: Acervo Território do Povo



3. O USO CULTURAL E OS PROJETOS FORMULADOS

3.1 A pauta da cultura naquele território

A demanda pelo uso cultural do espaço se articula com a trajetória das mobilizações populares na luta pela melhor distribuição dos recursos públicos no território, nas dimensões espacial-geográfica e político-simbólica. Ao analisar a distribuição de equipamentos culturais públicos e privados pela cidade de São Paulo, o quadro não é surpreendente: enquanto a região central possui alta concentração de centros culturais, bibliotecas, cinemas, museus etc., a distribuição desses espaços não acompanha o crescimento urbano das áreas periféricas e mais populosas (figura 25). Se num primeiro momento as reivindicações proporcionaram estratégias de aumento da rede de equipamentos, mais recentemente estruturaram políticas de fomento e subsídio a atividades artísticas e culturais de coletivos e grupos periféricos. Este cenário se relaciona com o reconhecimento das dinâmicas existentes nos territórios da periferia, cujo sentido vai muito além de se situar às margens dos limites da cidade.

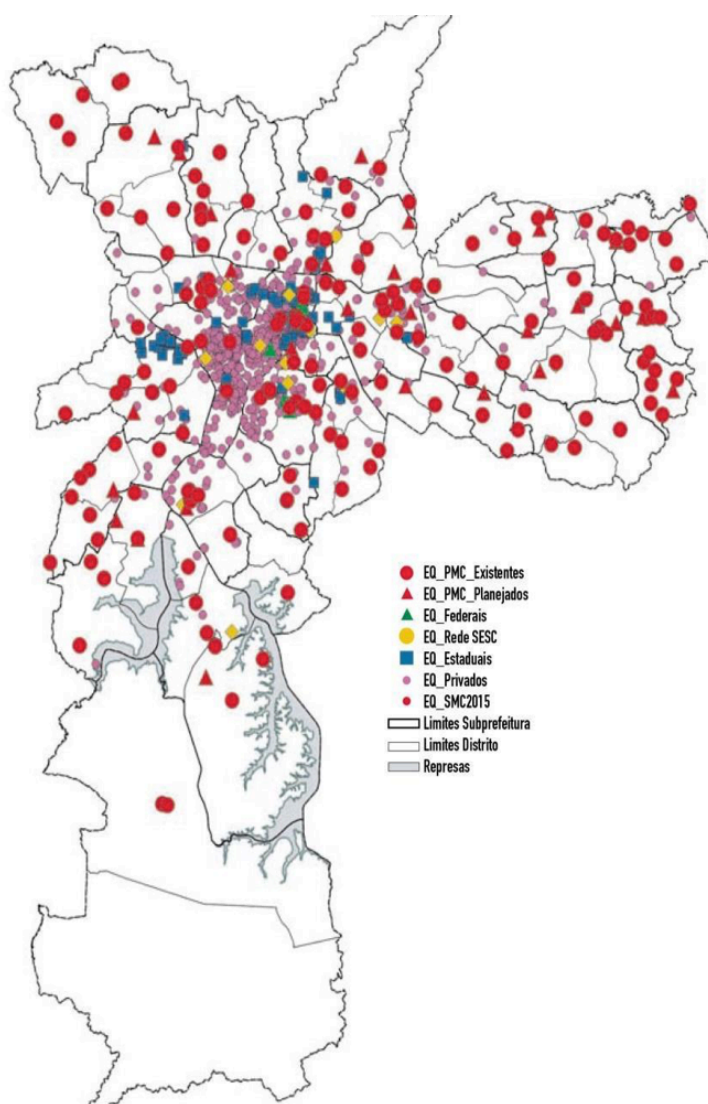
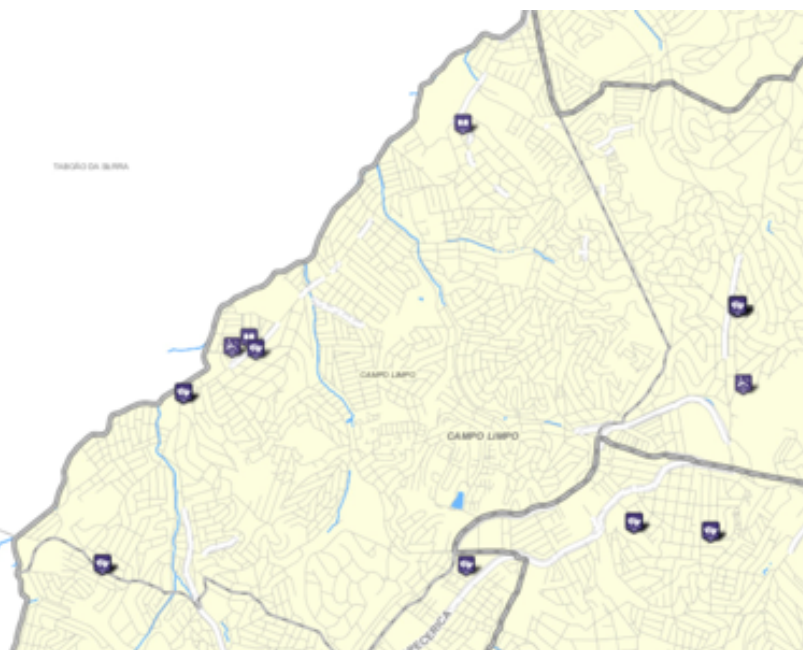


Figura 25. Equipamentos culturais por ente responsável. Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo, Plano Municipal de Cultura, 2016.

Figura 26. Equipamentos culturais no distrito Campo Limpo. De cima para baixo: biblioteca pública Marco Rey, biblioteca pública Helena Silveira, sala de teatro Engenho Social, Casa de Cultura Campo Limpo, CEU Campo Limpo, com biblioteca, teatro e cinema, e, no limite sul, CEU Canto do Amanhecer também com biblioteca, teatro e cinema,. Fonte: Geosampa.



No Território do Povo, pode-se dizer que muitas das reivindicações e/ou atividades desenvolvidas pelos diferentes grupos e apoiadores, ao promoverem o fortalecimento das redes locais na reflexão e transformação do espaço urbano, alinham-se na prática do Direito à Cidade. A mobilização em torno do terreno nesse caso é pautada pela crítica à distribuição espacial dos serviços e recursos públicos, e pela busca por efetividade da participação da população na decisão sobre seus espaços e no reconhecimento da cultura popular. Esta também é legitimada em espaços “não-clássicos” pelas próprias especificidades do território.

24

Assim, os lugares das manifestações culturais não ocorrem necessariamente em centros culturais em seu sentido tradicional, como foi o cenário pulsante da literatura, com muitos saraus realizados em bares pela região. Um exemplo é o Sarau da Cooperifa, que existe há cerca de 15 anos, e semanalmente é realizado no Bar do Zé Batidão, no Jardim São Luís, nas proximidades. O próprio Sarau do Binho, parceiro do coletivo, também já teve esse formato. Mas existem iniciativas com muitas outras linguagens, como rodas de samba e de choro, coletivos de artes visuais e de dança, movimentos de preservação da cultura afro-brasileira, grupos articulados de teatro e teatro de rua etc.

Um levantamento recente sobre o cenário cultural na região foi realizado pelo Sesc Campo Limpo em parceria com a Associação Escola da Cidade, instituição de ensino de arquitetura e urbanismo. Sua atuação se deu através de seu Conselho Técnico, instância formada por professores e alunos que atua na oferta de serviços à sociedade a partir de solicitações esporádicas advindas de outras instituições externas. Nesse caso, foi firmada uma parceria no final de 2015, para a elaboração, além do projeto da unidade definitiva do Sesc Campo Limpo, de uma série de atividades de ensino e investigação sobre o território, inclusive no mapeamento das dinâmicas culturais da região. Os resultados da pesquisa foram expostos o local da unidade do Sesc de setembro a novembro de 2017, onde já tem programação.

O trabalho do Grupo de Pesquisa da Escola da Cidade ao longo de dois anos envolveu desde a coleta de dados em várias plataformas, estudos in loco, análises etnográficas e sistematização das informações em quadros sinóticos e mapeamentos. A região, mesmo com um reduzido número de equipamentos públicos de cultura (figura 26), possui uma pluralidade de manifestações culturais. A denominação adotada pela equipe do Conselho Técnico foi de “territorialidades culturais”, termo que engloba os espaços físicos, sejam eles espaços públicos, comunitários ou sedes de coletivos; e os “eventos”, que trata de manifestações culturais diversos formatos que se dão no território, esporádicos ou regulares; itinerantes ou com lugar definido (figura 27). A metodologia adotada é apresentada como uma esquematização, pois decorre do desafio de fazer emergir padrões de regularidades possíveis diante da pluralidade de tipos e linguagens. Quanto aos

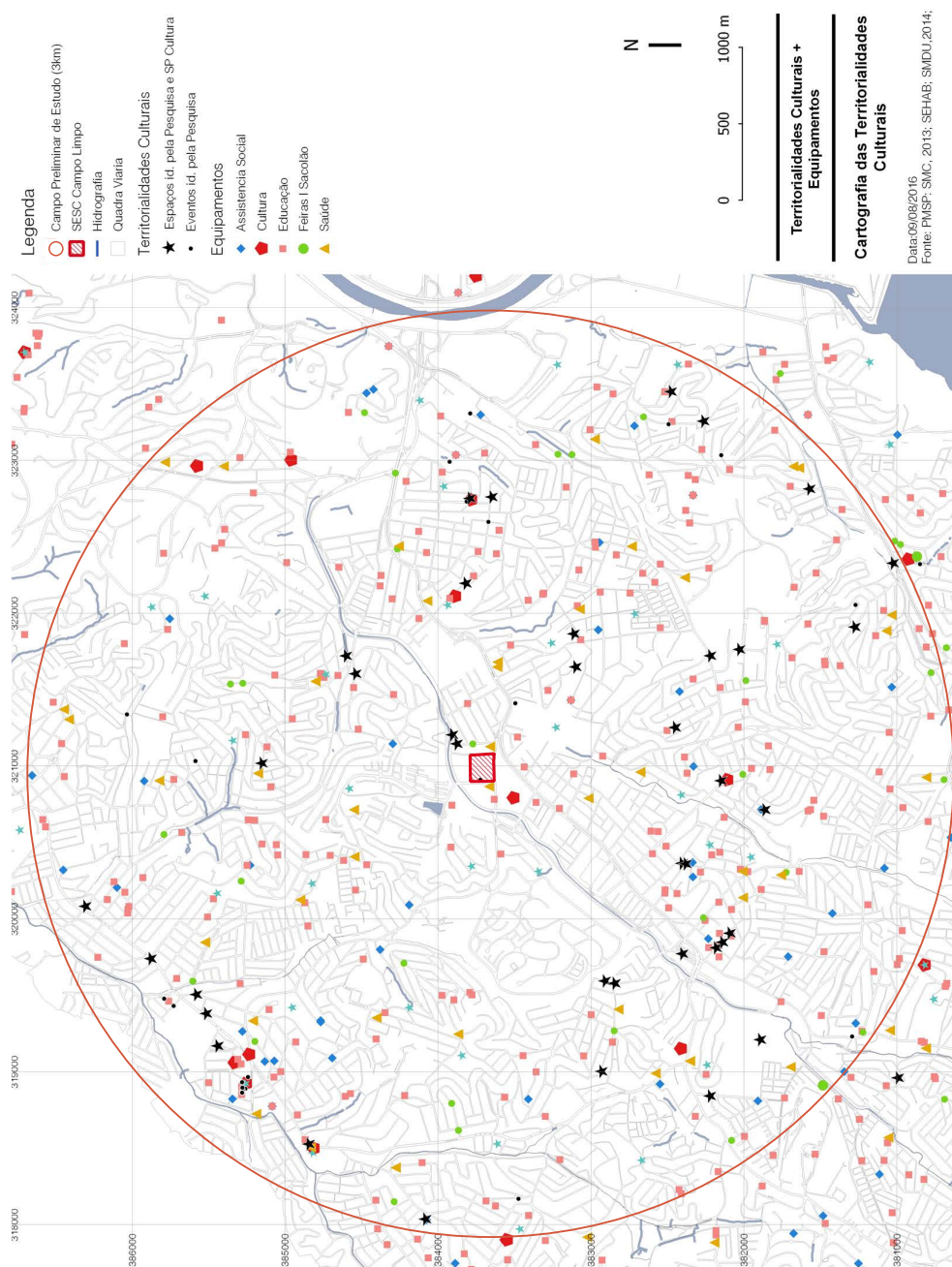


Figura 27. GRUPO DE PESQUISA ESCOLA DA CIDADE: Campo Limpo – Cartografias das territorialidades culturais – Etapa P3 Redes Levantamentos de Campo e diagramas vetoriais. Relatório dos Serviços de Pesquisa – Intervenção Educativa do contrato Elaboração de Projeto Arquitetônico da Unidade do Sesc Campo Limpo, firmado entre a Associação Escola da Cidade – Arquitetura e Urbanismo e o Serviço Social do Comércio (Sesc). São Paulo, 2017. Página 18.

eventos, a pluralidade de formatos é também muito diversificada, que podem ter relação com os identificados espaços culturais ou não. No esforço da pesquisa de sistematizar as manifestações, três agenciamentos dos tipos foram propostos e apontam formatos expressivos das formas de os coletivos e grupos ocupam o território: por saraus, cortejos e festivais (figura 28).

Essa diversidade de formatos das dinâmicas culturais da região também aparece em um levantamento que foi elaborado coletivamente e integrou as rodas de conversa da Uni-Diversidade de Saberes, com participação de coletividades, grupos artísticos e ativistas das periferias da cidade de São Paulo. A organização promove encontros sobre vários temas relacionados aos territórios periféricos e sua importância nas pautas políticas da cidade. No documento, que se propõe se manter aberto para novas colaborações, o critério escolhido para agrupar os eventos, grupos e espaços culturais na linha do tempo foi em relação aos agentes: se as manifestações culturais eram promovidas pelo Estado, por ONGs ou por atores locais (figura 29).

A diferenciação dos agentes promotores e gestores dos espaços é uma questão central na avaliação do funcionamento dos equipamentos, e é um tema abordado e aprofundado sobretudo por grupos mobilizados politicamente no campo

CORTEJO

FESTIVAL

	território do povo	cortejo do boi	IV encontro indígena	baque-atitude + quebrada do coco	maracatu ouro do congo	festival percurso
articular	EMEF	Candearte	CIEJA	Espaço Comunidade	CITA	Projeto REDES (UPM+Solano Trindade)
dimensão	17091m ²	9230m ²	16348m ²	3671m ²	6227m ²	6013m ²
geometria	linear	linear	linear	linear	linear	poligonal
nº de participantes	50-60	60	80	30	60	2000
frequência	03.09.16	anual	anual	27.08.16	20.08.16	anual
dispositivos						
vizinhança	predominante uso residencial horizontal	predominante uso residencial horizontal	predominante uso não residencial horizontal e vertical	predominante uso residencial horizontal e vertical	predominante uso não residencial horizontal	predominante uso não residencial horizontal
área de operação						
fluxos						
vizinhança						
integração visual						
profundidade métrica						
conectividade						
perspectiva						
corte						
planta						

SARAU

9ª mostra cultural cooperifa	100% favela	sarau do binho	sarau da ponte pra cá	ybira samba	sarau quintasoito
Cooperifa	Periferia Ativa	Céu Capão Redondo	-	Bloco do Beco	Grupo Clariô de Teatro
19687m²	1256m²	1610m²	1325m²	266m²	154m²
poligonal	poligonal	linear	poligonal	pontual	pontual
3000	10000	140	25-30	30-40	25
anual	anual	semanal	semanal	mensal	mensal
predominante uso não residencial horizontal	predominante uso residencial horizontal e vertical	predominante uso residencial horizontal e vertical	predominante uso não residencial horizontal	predominante uso misto horizontal	predominante uso residencial horizontal
					<

1969. Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes (Mestre Assis, Gama e Solano Trindade).

19

1981 - 1987.2002. Bibliotecas
Marcos Rev - Campo Limpo.

198x. Casa Popular de Cultura Campo Limpo.

1989. Conceitos de Rua
- Cultura Hip Hop no Jd.
Vale das Virtudes Capão
Redondo.

1995. Z' África
Brasil

1999. 1. Da Sul e Selo Povo - Capão Redondo

199x Bar do Português-Quinta-feira maldita. Ocupação - manifesto cultural em uma fábrica abandonada em Taboão da Serra.

1970

1975. Teatro Popular Solano Trindade e Nação Kambinda de Maracatu (Raquel Solano Trindade).

1984. 1992. Casa Popular de Cultura M'Boi Mirim.

1992. "Espírito de Zumbi - Panelafo. Noite dos Tambores".

1988. Hip Hop Racionais MC's
Zona Sul de SP.

1990

1993. Binho. B
Las Tetas. 1996
- 1997. Noite d
Vela e Postesia.

1997. Ferréz
lança 1º livro:
Desilusão.
- Hip Hop brasileiro
e internacional.

199x. Bares ou botecos periféricos passam a ser conhecidos como espaços/centros culturais das quebradas. Ex: Bar do Mutchô, Bar do Binho, Bar do Batista, Bar do Português, Bar do Garaião, Zé Batidão, entre outros.

2007. Semana da Arte Moderna da Manifesto Antropofágico Periférico.

2007. Programa **2004.** Prog. Cultura Viva -
Mais Cultura. Pontos de Cultura. (Federal)

2009 - 2012. Sarau Vila Fundão // Sarau a Voz do Povo. **2005.** Edições Toró. Publicação de livros independentes, alternativos e periféricos.

2004. I Conferência Municipal de Cultura.

2001. 2002. 2004. Edição Esp. Revista C
ros Amigos - Literatura Marginal: a cultura
de periferia. Destaque Ferréz e Sérgio Vaz

2001. Núcleo Cultural Projeto Periferia Ativa - Biblioteca Exodos // Instituto Periferia Ativa.

2000. Sabotage lança seu disco - Rap é Com-promisso!

2007. Agenda Cultural da Periferia. ONG. Ação Educativa. ONGs

2006. Plano Nacional do Livro e Leitura.

2004 - 2012. Sarau do **2003.** Programa Binho no Bar do Binho VAI!. (Municipal)

2001. Cooperativa Cultural da Periferia - Sarau da Cooperifa. Sérgio Vaz, Marco Pezão e Márcio Batista. O Sarau acontece até os dias de hoje no Bar do Zé Batidão - Piraporinha - Jd. São Luís.

dadania. Ex: Projeto Arrastão (1968 - anos 200x; Casa do Zezinho (1970 - anos 200x), Parque Santos Dias (1992); Capão Cidadão (2000); Bloco do Beco (2002); Agência Popular Solano Trindade (2011-2012); GOMA - Casa de Comunicação e Arte (DI Campana - Foco na Quebrada, Coleta Filmes e Estúdio Bocada Forte); Instituto Padre Josimo (2003), etc.

2007. Sacolão da
ria Reis e Maria Jo
etc.) Destaque: Br

tes (União dos moradores do Jd. An
Rede Social São Luiz, grupos e colet
Companhia; Casa da Arte & Paladar

to Antonio e adjacências - Mapas e militantes culturais, GOV, de Comunicação Alternativa.

2009. Programa Jovem Monitor Cultural. **2010.** II Conferência Municipal de Cultura

03/12/2017

2009-2010. Mapeamento. 2011. Santo Amaro em Rede: culturas de convivência.

2010. Programa Jovem Monitor Cultural. (Municipal)

2010

2010. 1.^a Caravana de Literatura até o Rio de Janeiro. Sarau Vila Fundão, Elo da Corrente, Sarau do Binho, Sarau Pais-mãe, Sarau Poesia na Brasa, Sarau Suburbano Convicto, Sarau da Ademair e Sarau Casa Mario de Andrade.

2011.2012.

2011. Seminário /
Mostra Estética da
periferia. 2012 - 2016.
Encontro Estéticas das
Periferias. ONG. Ação
Educativa.

2012. Fábricas de Cultura - Capão e São Luís

2013. III Conferência Municipal da Cultura.

20

2014. Programa VAI II. Pontos de Cultura SP. Agentes Comunitários de Cultura.

2015 e 2016. Feira **2016.** Plano Municipal de Cultura.

2015 Limpo – FELIZ.

2015 e 2016. Feira Literária de Campo Limpo - FELIZ.

2010. 5.ª Ed. do Festival Literário Alternativo – FLAP. Sarau Vila Escola Popular de Teatro. Coletivos integrantes: 2011. Maracatu Ouro do Fundão e Sarau do Binho.

2012. Sarau chama Sarau. -- 30ª Bienal do Livro de SP.

2013. Rede Popular de Cultura de M'Boi e Campo Limpo / Mov. Cultural das Periferias.

2015. Lei de Fomento às
periferias. (Municipal)

2010. Prog. "Literatura Pe-
de Notícias e Sairau do Binho: 2014. Cia Baalto de Artes, Grupo Caixaote
riferência: Veia e Ventania nas
do Teatro, Bando Trapos e a Trupe Imbolar Rua
bibliotecas de São Paulo".

Legenda

- Iniciativas populares
- Iniciativas do Estado
- Iniciativas de ONGs
- ou privadas

Saberes

da cultura, notadamente o Movimento Cultural das Periferias. A identificação dos entes responsáveis e o modelo de gestão apontam caminhos para avaliar não só a autonomia dos grupos na promoção de suas ações e atividades, mas também a correspondência da programação dos espaços com a realidade e os anseios da população local. O vínculo dos gestores com a comunidade é essencial para o bom funcionamento dos equipamentos culturais, o que nem sempre acontece.

Em entrevista em outubro de 2016 com Janaína Aux Juvents, auxiliar de juventude da Prefeitura Regional de M'Boi Mirim (vizinha da Prefeitura Regional do Campo Limpo), cargo articulador entre a unidade administrativa e os grupos juvenis para o delineamento de políticas focadas na juventude, foi discutido como funciona a distribuição de cargos administrativos dos equipamentos (a chamada "política de loteamento"). Segundo ela, a gestão de certos espaços pode ficar à disposição de arranjos políticos e comprometer o diálogo proveitoso entre grupos mobilizados e gestores, que por desarticulação com as dinâmicas existentes ou por falta de compromisso político, representam obstáculos na promoção de atividades nos locais. Os obstáculos da correspondência entre a gestão e programação dos equipamentos públicos com a comunidade circundante foi uma pauta recorrente de vários espaços de discussão frequentados ao longo deste trabalho.

Um caso emblemático desse tensionamento ocorreu em maio de 2016, na unidade da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, distrito vizinho ao Campo Limpo. O equipamento foi ocupado por 70 aprendizes contra os cortes dos recursos e a precarização da unidade. Por mais de um mês, os aprendizes geriram e ministraram as aulas para outros 1.300 crianças, adolescentes e jovens que ocupavam o espaço. Os ocupantes cobravam da administração autonomia, transparência, reformas, manutenção e funcionamento dos projetos realizados no espaço cultural. As Fábricas de Cultura são equipamentos do governo estadual administrados por Organizações Sociais (OS), num sistema de convênio. A unidade Capão Redondo e mais quatro fábricas são mantidas pelo Instituto Poesis e outras cinco pela OS Catavento Cultural. O descompasso entre a administração e a comunidade que frequenta o espaço foi sumariamente apontado por um jovem que participou da ocupação durante uma cobertura do ocorrido: "Eles colocam pessoas pra administrar aqui dentro que não tem vínculo nenhum com a comunidade".²

29

No Campo Limpo, a existência de diferentes "tipos" de espaços culturais na região dá um panorama das possibilidades que as mobilizações em torno do terreno poderiam ser direcionadas. A efetivação do uso cultural, numa leitura ampla de seu significado, poderia se dar num espaço público, como praças e parques (tal como a Praça do Campo Limpo ou o Parque Santo Dias) que poderia receber uma infraestrutura de apoio específica como arenas e palcos; por um equipamento público de cultura ou pela ampliação do espaço físico da escola; pelo uso como sedes de coletivos locais, geridos de forma independente ou compartilhada etc. O papel central da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro na mobilização através da articulação com parceiros locais amplia as possibilidades de ação no território, ao consolidar a luta tendo como eixo condutor a educação. E a relação da comunidade escolar com a reivindicação por democracia na cultura, lazer e esporte na região apontava para caminhos dentro da perspectiva da *educação integral*. Com a parceria com grupos e coletivos com atuação na região, as estratégias para a viabilização dos projetos deveriam assegurar que a luta dos agentes da comunidade fortalecesse as redes da comunidade e garantisse seu uso pela comunidade: um espaço público com gestão comunitária.

Uma referência para esse processo é o caso da EMEF Presidente Campo Salles em Heliópolis, uma escola que derrubou os próprios muros, abriu-se para a comunidade e fortaleceu a relação com parceiros locais, notadamente a UNAS, rede de associações locais de moradores. Em 20 anos de história, a parceria ampliou sua atuação na comunidade, construiu o próprio Centro de Convivência e protagonizou um processo que culminou na construção o CEU Heliópolis Prof.^a Arlete Persoli, que desde 2015 funciona como um complexo educacional, cultural e esportivo cuja gestão é composta por equipe coordenadora e por conselho gestor eleito e composto por membros da comunidade.

Para o Território do Povo, os sonhos são muitos e os caminhos da mobilização para alcançá-los é um processo dinâmico, se relacionam com diferentes fatores e com conjunturas políticas. E conforme são delineadas as estratégias da ocupação,

2. LOPES, Débora. Os aprendizes viraram professores: a Fábrica de Cultura do Capão Redondo segue ocupada. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/3d8y4y/fabrica-de-cultura-capao-redondo-ocupada> Acesso em 30 de outubro de 2017.

também são traçados os planos e desenhos. No entanto, o grupo não é formado essencialmente por coletivos que tenham ações de intervenção no espaço urbano como finalidade de suas atividades, o que implicou a busca de parcerias externas para a formulação de implantação de um projeto para o local. Dessa maneira, os planos para o terreno foram surgindo. Os métodos adotados para sua viabilização foram iniciados pela via institucional ao recorrer aos órgãos da prefeitura, por se tratar de um espaço de propriedade do município e pela própria escola fazer parte da rede municipal de ensino: lugares públicos.

3.2 O projeto do galpão

Uma vez que as demandas do equipamento foram “especializadas” na forma de um galpão cultural, era possível ter diretrizes para desenvolver um projeto a ser implantado. A proposta foi elaborada pelo Departamento de Edificações (EDIF), parte da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) em 2016. O primeiro estudo apresentado por SIURB, no entanto, não correspondia a essas expectativas (figura 30). No estudo apresentado, a implantação possuía apenas elementos típicos ao uso de praças: quadras poliesportivas e playground.

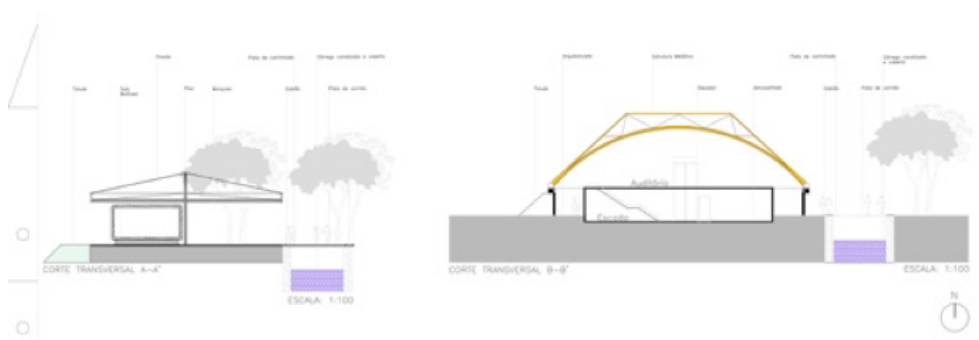


30 *Figura 30. Prancha com Implantação de Estudo para Proposta de Urbanização apresentada por EDIF em 2016. Fonte: Acervo do Território do Povo.*

A única intervenção proposta com um desenho direcionado para uso cultural é o pequeno anfiteatro. Também estão presentes pequenas edificações cobertas apontadas como vestiários e “salas de atividade”. O próprio título do projeto não faz menção ao equipamento reivindicado, mas é apresentado como “Proposta de Urbanização”, reproduzindo, inclusive tipologicamente, algumas estratégias de tratamento de áreas públicas em projetos de reurbanização realizados pelo poder público – processos familiares ao histórico de ocupação e formação da região.

Como esse plano não atendia as principais demandas apresentadas, outro projeto foi formulado e proposto (figuras 31 a 33), dessa vez incluindo o galpão. É importante frisar como a agilidade no processo que envolveu desde a recepção do coletivo até o desenvolvimento do projeto e a apresentação da proposta por técnicos da prefeitura no próprio espaço da escola são fatores que contribuem para um caráter definitivo da construção do projeto, cujas imagens estão fixadas desde então nos corredores.

A proposta incluiu o galpão, pela existência de quadra poliesportiva coberta, cuja grande área poderia dar suporte a diversas atividades. O projeto apresentado também previa playground na porção mais próxima à escola, auditório, anfiteatro descoberto, e um pavilhão com salas multifuncionais para dar suporte a atividades culturais. O bloco destas salas é apresentado e proposto para ser composto pelo alinhamento de contêineres sob uma marquise – a estratégia do uso do contêiner é algo que permeava as possibilidades de ocupação do coletivo por se tratar de uma estrutura de rápida instalação (como existem no Sesc Campo Limpo nas redondezas, que ainda não tem sua sede definitiva mas tem programação no espaço, que abriga quadras e serviços implantados em contêineres em caráter



temporário), na apresentação havia inclusive a simulação de instalação por guindastes (figura 34). Essa solução, no entanto, parece ser contraditória com a diretriz de equipamento permanente.

No projeto, o tamponamento do córrego, que atualmente é canalizado a céu aberto, foi apresentado como condicionante para a viabilização do projeto tal qual apresentado, acompanhado de pista de caminhada e corrida. A existência do curso d'água caracteriza o terreno como área de proteção permanente (APP) de acordo com o "novo código florestal brasileiro", mas o desígnio do local para preservação da cobertura vegetal por si só é bastante contraditória. O argumento da importância da conservação deve se relacionar com as demandas locais do uso social do espaço inserido na malha urbana, reiterando que foi a não-apropriação do terreno que o levou ao quadro de abandono de antes da mobilização. Além disso, os processos que mediam as construções do entorno imediato pelo próprio poder público - do conjunto habitacional e da própria escola - também ilustram como os parâmetros dos limites construtivos podem ser negociados quando há justificativa e "vontade política".

32

Figura 33. Imagem de maquete eletrônica do anteprojeto de urbanização apresentada por EDIF em 2016. Fonte: Acervo do Território do Povo.

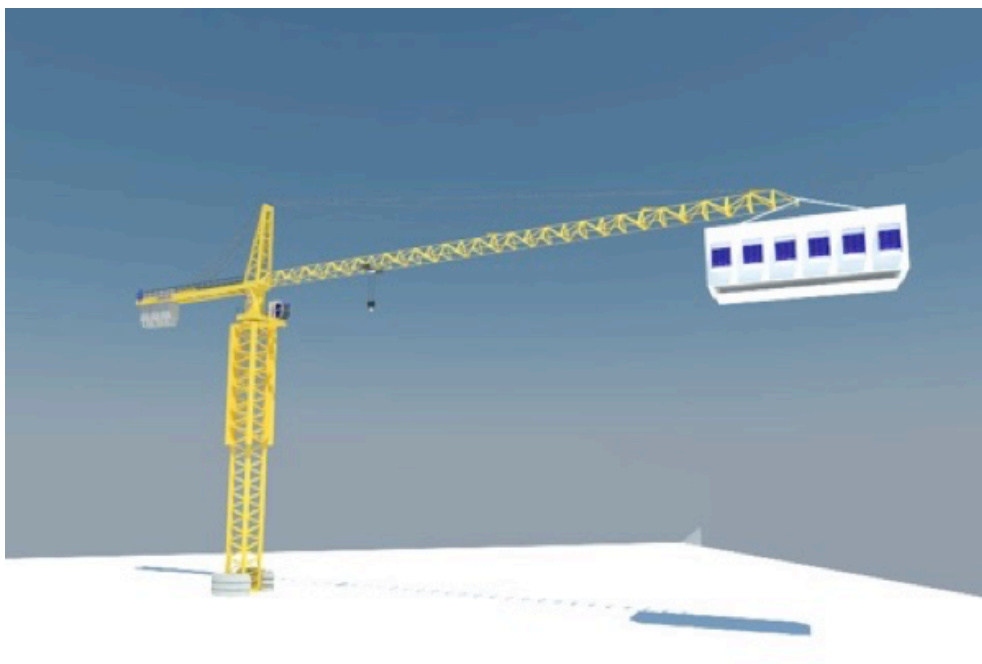
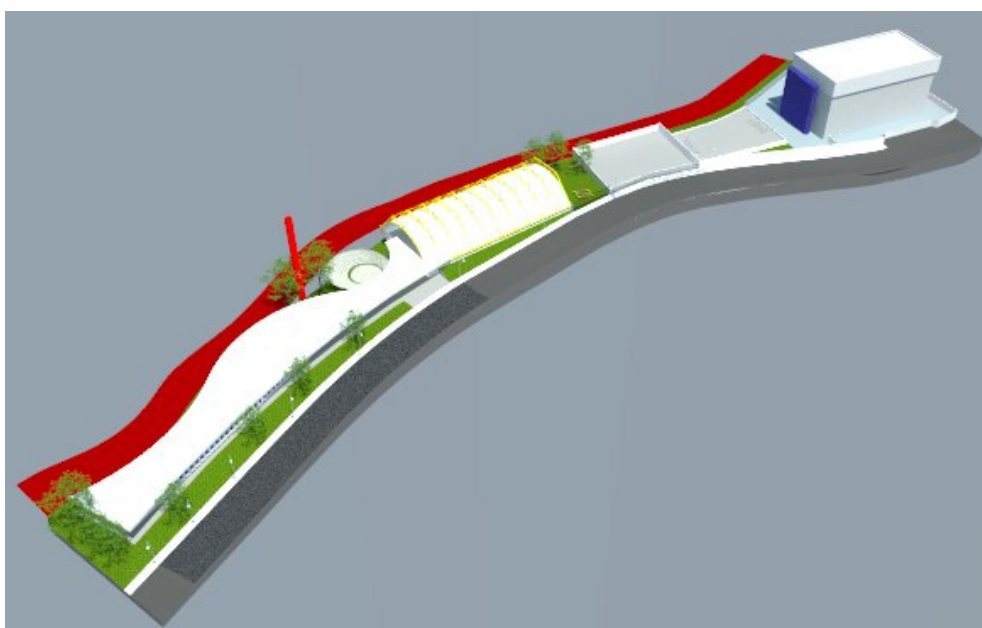


Figura 34. Imagem com simulação de instalação de contêineres do anteprojeto de urbanização apresentada por EDIF em 2016. Fonte: Acervo do Território do Povo.

A proposta de tamponamento do córrego, no entanto, é controversa pelo pressuposto de que construções no local seriam incompatíveis com o uso requerido pela comunidade. A formulação de projetos que incorporem soluções de baixo impacto ambiental é possível mas pode divergir dos métodos construtivos de obras públicas convencionais. A relação com o córrego é um aspecto sensível do local, mas de qualquer forma, a solução de tamponamento do córrego foi apresentada como essencial para que construções com cobertura ou que causassem a impermeabilização do solo pudessem ser planejadas.

Com o projeto desenvolvido, e através das parcerias políticas estabelecidas com o vereador Donato (PT), presidente da Câmara Municipal à época, foi incluída uma emenda parlamentar à Prefeitura Regional para a realização da obra no Orçamento Municipal de 2017. Paralelamente, também foi encaminhado um pedido de incorporação do terreno junto à Secretaria de Educação (SME) para anexação do terreno à área da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro. Essa estratégia delineou os planos que seguiram, sendo a primeira etapa a anexação do terreno à escola, a qual caberia sua gestão através da inclusão em seu programa pedagógico.

A partir dessa etapa, seria possível dar continuidade aos encaminhamentos para o projeto proposto por SIURB, que já tinha previsão orçamentária e demandaria esforços para que fossem aprovadas naquelas condições junto à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A expectativa era que o pedido de anexação fosse atendido o mais rápido possível mas ficou pendente durante a mudança da administração municipal entre os anos de 2016 e 2017, da gestão do prefeito Fernando Haddad (PT) para o prefeito João Dória (PSDB), o que implicou em mais tempo de espera pelo parecer. De qualquer forma, era um consenso entre os membros do coletivo a urgência do uso do local pela comunidade, o que o levou a buscar parcerias para a formulação de um projeto de ocupação.

3.3 O projeto de ocupação

Quando me aproximei do coletivo, estava em processo de formulação o projeto de ocupação em parceria com outros também estudantes de arquitetura, da Escola da Cidade. Como eu, procuravam dar uma contribuição para o coletivo, nos moldes de uma assistência técnica. O objetivo era chegar a uma proposição com e para o Território do Povo, englobando as questões levantadas durante o processo de desenvolvimento do projeto previamente apresentado por SIURB no ano anterior.

Por mais que já tivessem ocorrido ocupações simbólicas no terreno, como nas Mostras Culturais, elas tinham o caráter de eventos, ou seja, ações pontuais de um dia – de modo a montar e desmontar a estrutura de apoio sem intervenções a longo prazo no local. No entanto, cada vez mais o coletivo sentia a necessidade de ocupar fisicamente o espaço de maneira continuada, promovendo o uso social do espaço. A presença física no local também é importante para garantir que o terreno não volte ao quadro de abandono de antes da mobilização e que não seja ocupado de outras maneiras e por outros agentes em desconformidade com o trabalho desenvolvido nesses últimos anos. Há inclusive relatos de uma tentativa de ocupação do local que havia ocorrido com o intuito de fixar moradia – caso que foi alertado pelos vizinhos à escola, que entrou em contato e chegou num acordo de não ocupação através da elucidação das reivindicações envolvidas.

Além disso, a ocupação é o que daria o uso social ao terreno e ampliaria o alcance da mobilização para os moradores do entorno, com realização de atividades no próprio local. Sob essa perspectiva, o coletivo Achadouras de Histórias, que gerem a Brechoteca Biblioteca Popular, era o grupo que mais sinalizava intenções de atuar nessa frente. O próprio espaço da Brechoteca – que estava sem sede definitiva e praticando suas atividades em parte do espaço da sede da ASSAJO-, já possui uma programação ampliada, além do serviço de empréstimo de livros. Pode-se dizer que seu uso já é de um centro cultural, pois promovem diversas atividades e oficinas, muitas com participação de artistas e colaboradores locais, e é frequentado diariamente por diversos moradores do bairro, sobretudo por crianças e adolescentes – o que conflui com o ambiente escolar.

A relação entre a Escola da Cidade como um todo e a região do Campo Limpo já se consolidava a partir da parceria com o Sesc Campo Limpo, no desenvolvimen-

to de um série de atividades para suporte à construção de sua sede, como já foi mencionado. A nova unidade do SESC está localizada no entorno da estação de metrô Campo Limpo - em área de grande circulação da região e a menos de três quilômetros do terreno reivindicado pelo Território do Povo. Embora não tenha ainda sua sede definitiva, já possui uma ampla programação no espaço, atuando também como catalisadora de produções de grupos locais. A partir do início de 2017, a demanda do coletivo se aliou à disciplina do Estúdio Vertical do curso de arquitetura da Escola da Cidade, e o grupo formado por cinco estudantes desenvolveu o projeto a partir da troca com os agentes envolvidos no Território do Povo, que elencaram as prioridades e opinaram sobre o projeto durante as reuniões mensais.

As premissas para a elaboração do projeto foram baseadas em um modelo de implantação em parte do terreno (a princípio na porção mais próxima à escola) em pequenos "pavilhões" com usos previamente definidos e elencados como prioritários pelo coletivo, modelo que poderia ser apropriado pelo grupo e pela comunidade e expandido ao longo do tempo e segundo suas necessidades. Os materiais escolhidos deveriam ser acessíveis e de baixo custo uma vez que não havia previsão orçamentária, e a captação de recursos teria que ser pensada a cada ação. As técnicas construtivas deveriam ser de fácil execução, dispensando a obrigatoriedade de mão-de-obra especializada, sendo passíveis de serem aplicadas em regime de mutirão.

A descrição do programa e os desenhos abaixo foram retirados de encarte produzido pelos próprios estudantes, que tinha formato interessante: reunir a apresentação do Território do Povo, o processo de elaboração do projeto e a descrição do programa com os desenhos em um documento cuja visualização foi disponibilizada na internet. Nesse formato, ele poderia ser impresso em folha A4 preto e branco, dobrado e grampeado, compondo uma publicação com baixo custo de impressão que poderia ser distribuída em grandes quantidades. Embora essa circulação não tenha ocorrido, uma versão impressa ampliada foi fixada nos corredores da escola.

34

"Foi pensada uma implantação [figura 35] que idealiza a ocupação em parte do terreno, tendo como norte um espaço bem desenhado a partir de estruturas que abrigam programas em diálogo direto com as demandas do Território do Povo: um palco para abrigar eventos culturais e reuniões das diversas agremiações que integram o coletivo, uma biblioteca para acolher o acervo e funcionamento da Brechoteca, uma geodésica que se coloca um pouco abaixo no nível do principal eixo de ligação e se estabelece como um espaço de leitura e atividades lúdico-recreativas mais próximo à borda do córrego e, por fim, uma olaria que pretende acomodar a fábrica dos tijolos que

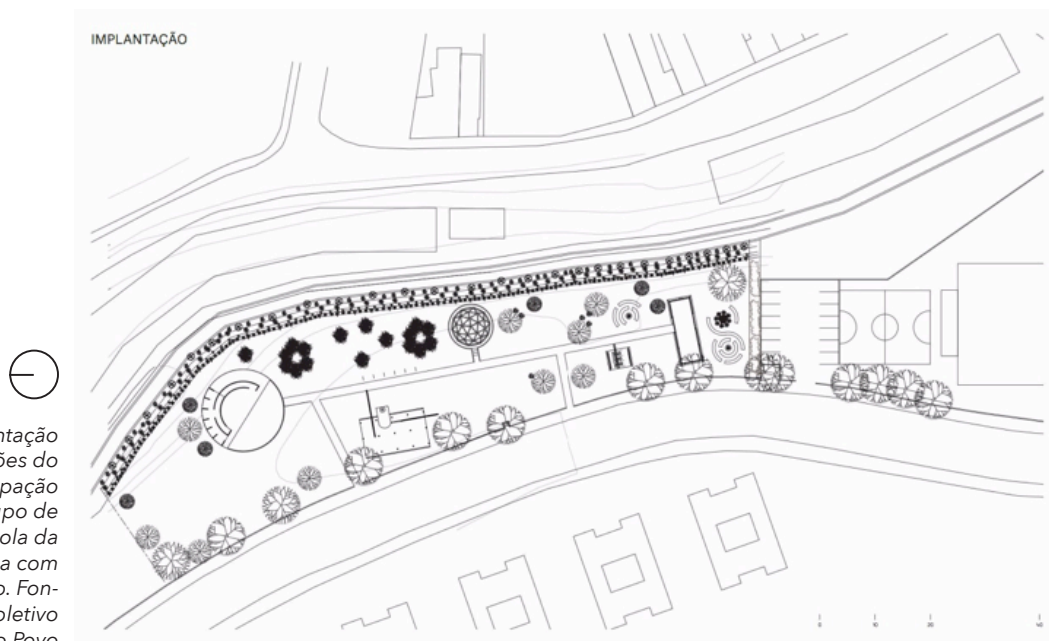


Figura 35. Implantação das intervenções do projeto de ocupação elaborado pelo grupo de estudantes da Escola da Cidade, em parceria com o Território do Povo. Fonte: Acervo do Coletivo Território do Povo

serão utilizados na construção do palco e nos caminhos criados no terreno, além de figurar como um grande pavilhão que pode receber atividades relacionadas à construção. Todos os volumes são conectados a um grande eixo central cuja largura varia de 1m até no máximo 1,5m e que passa pelo meio do projeto de paisagismo, criando um grande percurso no trecho ocupado.”³

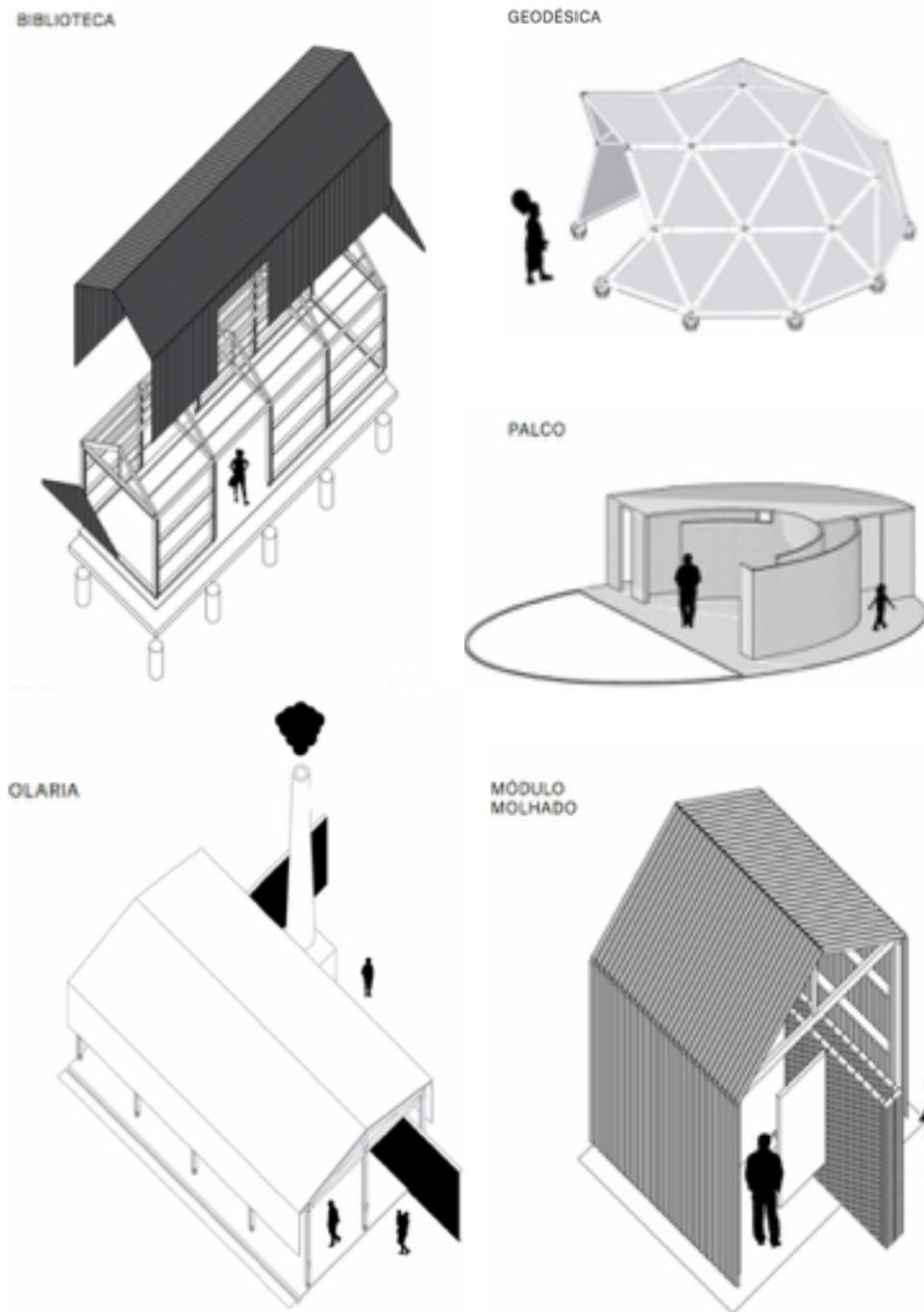


Figura 36. Perspectivas do palco, biblioteca, geodésica, olaria e módulo molhado, que abriga sanitários, do projeto de ocupação elaborado pelo grupo de estudantes da Escola da Cidade, em parceria com o Território do Povo. Fonte: Acervo do Coletivo Território do Povo

O grupo de estudantes apresentou o resultado do trabalho em sua instituição de ensino, na região central da cidade, ao final do semestre, em junho de 2017. Foi feito um convite aberto aos integrantes do coletivo e estiveram presentes, além de mim, dois professores e a diretora da escola, que frequentam regularmente as reuniões do coletivo. Na ocasião, também foi apresentada a maquete de implantação das intervenções propostas (figura 37).

Depois da apresentação e passado o período de férias, estava pendente a devolutiva do grupo de estudantes para o restante do coletivo e para a popula-

3. Trecho retirado da publicação elaborada pelo grupo de estudantes da Escola da Cidade, disponível para ser visualizado em: https://issuu.com/alexandredrobacferlauto/docs/territo_rio_do_povo_2017

ção. Após algumas tentativas, foi marcada uma data no final de setembro, numa quarta-feira à noite (figura 38). Havia uma certa expectativa em relação a esse encontro, por ser uma oportunidade de interagir também com a população local e com suas demandas de maneira mais direta. Foram realizadas algumas reuniões internas entre membros do coletivo para planejar o evento, que deveria ter três momentos: primeiro a apresentação do projeto, seguido de um momento de escuta pela discussão em grupos menores mediada por membros do coletivo e ao final, encaminhamento de propostas com deliberação da próxima atividade. Um consenso entre o grupo era a importância de se estabelecer um ambiente acolhedor e aconchegante, para que os participantes se sentissem confortáveis também em participar ativamente, afinal as pessoas se engajam no movimento quando podem contribuir.

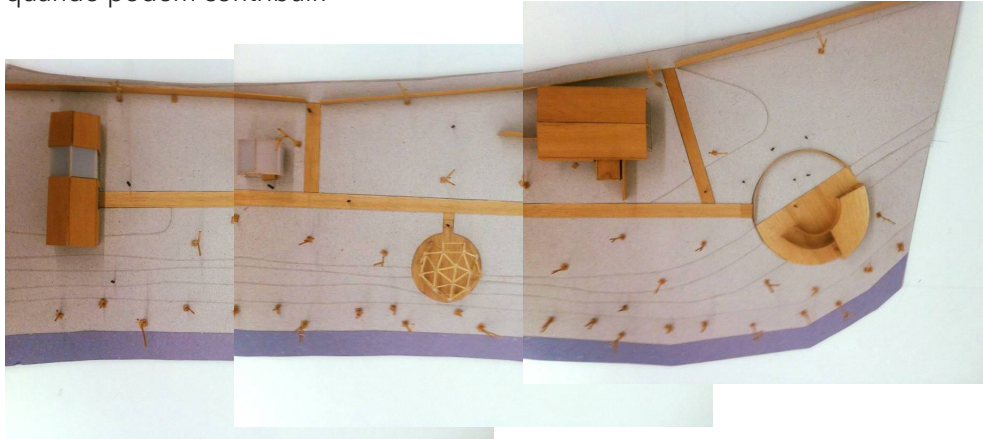


Figura 37. Maquete elaborada pelo grupo de estudantes da Escola da Cidade, em parceria com o Território do Povo. Fonte: Acervo do Coletivo Território do Povo

No dia da assembleia quando foi apresentado o projeto, o momento de escuta já havia sido planejado para aprofundar-se nessas questões, procurando meios de estimular todos os presentes a contribuírem diretamente na reunião. Nesse momento, os participantes foram separados em grupos menores, compostos por cerca de cinco pessoas mais um mediador do coletivo, que deveria fazer anotações dos pontos levantados a partir de três perguntas disparadoras: "Como esse sonho pode melhorar minha qualidade de vida e da minha família?", "O que nós precisamos para realizar esse sonho?" e "Como eu posso contribuir?". Ao final, houve uma rodada de exposição oral das respostas dos grupos.

O formato da reunião foi de uma assembleia extraordinária do Conselho Pedagógico da EMEF. A convocação foi realizada como de costume nessas ocasiões, via comunicado pelos alunos da escola, e com fixação de cartazes, também no espaço da sede da ASSAJO, a poucas quadras dali. O quórum da assembleia, no entanto, embora tenha tido alguns participantes externos, foi formado majoritariamente por estudantes do período noturno da escola, segundo os professores que estavam presentes - o que apontava a necessidade de formular estratégias de mobilizar mais participantes nesses espaços.



Figura 38. Apresentação do projeto em Assembleia do Conselho Pedagógico, no dia 20 de setembro de 2017. Fonte: Foto da autora

3.4 Algumas considerações sobre os projetos

Logo na primeira reunião do coletivo a qual compareci, soube dos dois projetos, e por mais que fossem bastante diferentes, não eram contraditórios: havia o consenso que o uso do terreno se daria em duas fases, na luta a longo prazo por infraestrutura permanente – caminho trilhado pela via institucional previamente apresentado, e pela apropriação continuada com atividades e ocupação do espaço. Ao analisar as duas soluções projetuais, no entanto, é possível identificar como elas se relacionam com premissas diferentes sobre o modelo de gestão e de funcionamento.

Para serem colocadas em prática, elas também pressupõem diferentes fatores externos, como a conjuntura política, principalmente no diálogo com as instâncias administrativas. Também são múltiplas as possibilidades de captação de recursos e viabilização, seja de forma mais autônoma como campanhas de doação e financiamento coletivo ou pela parceria com agentes externos como ONGs ou por meio de editais de fundações e instituições privadas.

O conceito do galpão cultural, num formato de equipamento público tal qual foi desenhado, é de um espaço plural, multifuncional, algo como uma grande estrutura que possa abrigar vários usos em várias linguagens. No limite, a estrutura de um galpão se trata de uma grande superfície com cobertura, e sua espacialidade não é resultado de um uso específico, que dá abertura a muitas possibilidades. Não raro a apropriação por ocupantes de galpões desativados ocorrem ao longo do tempo com adaptações do espaço a suas necessidades.

No Território do Povo, a pluralidade de agentes, intenções e visões sobre aquele terreno principalmente no início da mobilização, foi um fator que também condicionou essa solução: um projeto único que pudesse ser apropriado por todos. A proposta da estrutura também é alinhada com o caminho de viabilização adotado, pelo poder público, pois ao assumir que a construção deveria ser realizada com recursos públicos, não se tratava de atender as demandas de um coletivo ou ação em específico, mas de providenciar uma infraestrutura que pudesse servir a toda comunidade. Como relatado por membros do coletivo, esse foi um ponto delicado das discussões, pois havia um esforço para evitar que fosse adotada uma prática de “loteamento” do espaço, de modo a dividir o uso e o poder de decisão de cada porção do espaço para cada grupo.

Há vários exemplos de ocupações culturais em galpões desativados pela cidade, sendo um deles nas proximidades, o Sacolão das Artes no Jardim São Luís. O local onde funcionou um sacolão hortifrutigranjeiro no passado estava vazio há anos, e desde 2007 é ocupado por vários coletivos da região (inclusive um dos coletivos parceiros, a Brava Companhia de Teatro, teve sua sede nesse espaço durante mais de dez anos). Após muita negociação com o poder público, foi conquistada a aquisição da cessão de uso do espaço e estruturado o Comitê Gestor do local, formado pelos próprios ocupantes para administrar o local de maneira autônoma e coletiva.

A diferença do exemplo do Sacolão das Artes em relação ao galpão cultural do Território do Povo, claramente, é que no primeiro caso, os coletivos ocuparam uma estrutura obsoleta existente e daí formularam um modelo de gestão compartilhada. Já o Território do Povo reivindicava a construção de um equipamento pelo poder público. Nesses moldes, a gestão do espaço caberia a princípio à própria administração pública – mais especificamente, atribuída à Secretaria Municipal de Educação (SME) desde que foi feito o pedido de anexação do terreno à EMEF.

Com a consolidação do projeto, poderiam ser delineados caminhos para garantir a participação dos grupos locais na gestão e programação do espaço. Portanto uma tarefa que se apresentava ao coletivo era formular um plano de gestão comunitária consonante com a escola, notadamente através do Conselho de Escola, e a SME para garantir que o funcionamento do espaço seja de fato autônomo e que reconheça e estimule a expressão cultural local – postura que é também um enfrentamento do contexto atual de tendência à privatização de espaços públicos.

Nessa negociação, a boa relação com as instituições administrativas também fica sujeita à conjuntura política da situação, cuja abertura para o diálogo é oscilante principalmente na alternância de partidos políticos na administração dos municípios. No caso do terreno, entre a troca da gestão entre 2016 e 2017, ficou pendente a anexação definitiva à SME e à escola. A demora do parecer do departamento responsável poderia estar relacionada a mudanças de intenções da equipe da gestão atual (cuja ausência de profissional do setor jurídico já foi uma justificativa para o tempo de espera quando procurado). O aguardo da anexação, diante das expectativas dos envolvidos, suscita algumas incertezas. Mesmo a incorporação do terreno à SME poderia desencadear outros caminhos (como construção de outro equipamento, como uma creche por exemplo), em desconformidade com os planos delineados até então.

A pendência da anexação definitiva do terreno permeou o encaminhamento das ações de ocupação que se seguiram. A partir de julho de 2017, deu-se início ao projeto de horta comunitária, de construção da cúpula geodésica e de plantio de árvores no talude às margens do córrego. No projeto arquitetônico apresentado anteriormente, já constava a construção da cúpula; os projetos de horta e de agrofloresta no talude do terreno foram ideias incorporadas ao projeto também por meio de discussão ao longo das reuniões do coletivo. Sua execução era pautada nas técnicas de permacultura, aproximando o grupo ao aprofundamento das questões ambientais que o local implicava e às técnicas construtivas com menor impacto ambiental e com maior envolvimento com ação direta da população. Ambos os projetos do galpão e de ocupação, e as visões que carregam, coexistem no imaginário dentro e fora do coletivo, até no próprio espaço físico da escola. Tanto as pranchas do galpão apresentadas por SIURB quanto a maquete do projeto de ocupação feita pelo grupo de estudantes (figura 39) estão em áreas de circulação da instituição. É interessante observar como foram feitas mudanças na maquete, iniciativa dos próprios professores: edificações, veículos e vegetação foram acrescentados ao modelo, além de legenda das estruturas propostas.

As adaptações foram realizadas afim de fazer com que o projeto fosse melhor compreendido e absorvido pelos maiores frequentadores do espaço, que são os próprios alunos: crianças e adolescentes. Essa iniciativa revela algumas barreiras na linguagem de representação arquitetônica, e pode até mesmo apontar para questões que devem ser aprofundadas: em que medida o projeto como um todo, principalmente nos modos de fazer que ele pressupõe, está sendo apropriado pelo coletivo e pela população local? Enquanto a reivindicação pelo galpão se pauta principalmente pela participação popular nos espaços representativos democráticos, o projeto de ocupação pressupõe a articulação de vários parceiros e a ação direta da população na concretização das intervenções, seja por mutirões organizados ou contribuições espontâneas. Ambos demandam mobilização e organização de várias pessoas e precisam articular a disponibilidade e interesse dos agentes já participantes (os membros dos coletivos e da comunidade escolar – que já possuem uma série de demandas pelas próprias atividades), aliado ao desafio contínuo do engajamento e envolvimento da população local.



Figura 39. Foto da maquete no espaço da escola, 2017. Fonte: foto da autora

4. A PRÁTICA DO COLETIVO NA CONCRETIZAÇÃO DAS AÇÕES

Uma vez que o Território do Povo possuía não apenas as demandas estabelecidas, como planos delineados e projetos desenhados, meu papel como colaboradora foi no sentido de participar do planejamento e execução das atividades que se seguiram. O conhecimento pela experiência e vivência cotidiana dos grupos atuantes no território permite incluir no planejamento das atividades um esclarecimento genuíno sobre o cenário local ao elencar as prioridades, definir estratégias e possibilitar um canal direto de articulação das redes locais consolidadas. Mesmo sendo externa ao grupo, buscava contribuir de alguma forma sem criar ou pressupor demandas tampouco sobrepor-se às narrativas dos atores envolvidos, o que levou a buscar compreender melhor a dinâmica interna do coletivo e a atentar-se para os caminhos possíveis para a concretização dos projetos naquele contexto.

A aproximação com o grupo permitiu acompanhar os projetos que, embora sejam definidos pelo coletivo de forma autônoma, quando consolidados no plano real implicam diversas negociações ponderando recursos disponíveis, relação com as instituições, alcance da mobilização e participação direta da população, além de parcerias existentes ou externas. As decisões e posicionamentos não são tomados sem discussões ou divergências internas, tal qual qualquer grupo ou coletivo. Mas alcançar a concretização dos planos, ainda que parcialmente, indica a solidez do grupo como um todo e sua capacidade de resistência em conjunturas desfavoráveis. Esses aspectos foram possíveis de ser abordados durante a aproximação com o grupo ao longo das reuniões e das ações que se seguiram, sob minha perspectiva de colaboradora: na realização do cortejo poético, na implantação do projeto de horta comunitária e de reflorestamento e, com maior envolvimento, na construção do domo geodésico.

39

4.1 Cortejo poético

O Cortejo Poético Revitaliza Campo Limpo acontece anualmente desde 2015 e é realizado pelo corpo docente e discente da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro com participação de coletivos e grupos parceiros articulados pelo Território do Povo. É uma caminhada pelas ruas do bairro, que além de ser um movimento para pautar reivindicações, é um resgate da cultura popular: é conduzido pelo estandarte do Território do Povo e pelo boi marruá, figura folclórica brasileira típica do nordeste brasileiro – relacionando-se diretamente com a origem de grande parte dos migrantes que foram os primeiros habitantes da região. Além da dança tradicional do boi-bumbá, o cortejo integra sarau de poesias e diversas manifestações culturais com o apoio dos grupos e coletivos parceiros.

Em seu terceiro ano, o mote foi “Nenhum Direito a Menos”, alinhado com o Plano Político Pedagógico da escola, e as atividades educacionais desenvolvidas no aprofundamento do tema e na preparação para o cortejo ocorreram durante os meses que o antecederam no dia 11 de novembro de 2017. Os preparativos da comunidade escolar incluíram oficinas para a elaboração de panfletos e cartazes, confecção de máscaras e elementos percussivos com materiais reutilizados, composição de poesias, apresentações de dança e outros. O trajeto incluía a concentração no pátio da escola, saída em cortejo até uma praça nas proximidades, e retorno à escola. Na praça, havia a programação de uma série de atividades, também com o envolvimento de parceiros do Território do Povo, com sarau, apresentação de música, danças, esquete de teatro etc. A divulgação prévia do evento incluiu a fixação de faixa na praça e panfletagem pelo bairro, ação também realizada com o apoio de parceiros.

Para a viabilizar a ação em conformidade com os trâmites necessários para liberação das vias junto à Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), há uma série de documentos que precisam ser protocolados e assinados com antecedência por diferentes instâncias. Neste ano, por atraso de algumas etapas na autorização, o processo ainda teve que ser refeito – o que implicou em mais custos e no adiamento do evento, que a princípio era previsto para outubro. Mesmo que o cortejo ocorra em vias locais com baixa circulação de veículos, todas as etapas burocráticas da documentação para liberação das vias foram seguidas a fim de assegurar pelos meios institucionais que o evento ocorresse da melhor forma possível, buscando a segurança de todos durante a circulação de pessoas em vias públicas. Uma vez que o cortejo é promovido pela escola e integra suas atividades curriculares, a responsabilidade pela integridade física dos participantes, compostos em sua maioria por crianças e adolescentes, também cabe à instituição de ensino – que tem diretrizes de minimizar os riscos o quanto possível.



40 Figura 40. Cortejo Poético Revitaliza Campo Limpo em caminhada pelas ruas do bairro, no dia 11 de novembro de 2017. Fonte: Acervo do coletivo Território do Povo



Figura 41. Cortejo Poético Revitaliza Campo Limpo na praça do bairro, no dia 11 de novembro de 2017. Fonte: Acervo do coletivo Território do Povo

Este mesmo aspecto permeou discussões internas em reunião do coletivo quando especulou-se sobre a possibilidade de finalizar o trajeto do cortejo no próprio terreno vizinho à escola, que é o objeto das reivindicações para se tenha o uso cultural. Para parte dos membros, o evento era uma oportunidade de estar fisicamente no local e ainda fortalecer a mobilização para sua ocupação. No entanto, pelo terreno não possuir nenhum tipo de barreira entre o talude e o córrego que previna eventuais quedas, existia um grande receio acerca da segurança dos participantes - ainda que algumas medidas preventivas pudessem ser adotadas, como cercas temporárias com fitas zebreadas, por exemplo, além do comprometimento voluntário de adultos na vigilância do espaço no dia do evento.

Essas possibilidades foram desconsideradas pelos argumentos acerca do envolvimento da comunidade escolar, que por ser composta por crianças e adolescentes demandaria medidas preventivas mais rigorosas, não apenas para o evento específico mas para a inclusão dos alunos como um todo no terreno dentro do projeto de ocupação. Foi discutido como uma barreira física entre o local e o córrego, como um muro ou mesmo uma cerca, ampliaria a possibilidade de realizar mais atividades no local com mais alunos da escola.

Além disso, foi apontado como a própria estrutura administrativa da instituição de ensino tende a responsabilizar diretamente os servidores, o que pode causar uma sobrecarga desproporcional de alguns membros quando não há uma adesão massiva do engajamento por todos em atividades fora do currículo básico. De qualquer forma, o trajeto realizado (escola-praça-escola) foi uma oportunidade de dar visibilidade às pautas levantadas pelo cortejo - com o tema "Nenhum direito a menos", alinhando-se com a conjuntura política nacional - para além do espaço da escola, ampliando sua relação com o seu entorno. Reforçando o caráter de reflexão e ação sobre o território, foi ainda realizado o pedido de nomeação da praça, que hoje não tem nome, para "Praça do Cortejo".

4.2 Horta comunitária e projeto de reflorestamento

As ações de cultivo se configuraram como as primeiras ações de ocupação contínua do terreno e decorreram de projetos elaborados a partir de discussão em reunião do Território do Povo pela pauta das técnicas da permacultura. O objetivo das ações consistia em promover a ocupação sustentável do terreno aliando não apenas o desejo de sua qualificação enquanto área verde contemplativa, mas também como área potencialmente produtiva pela agricultura ecológica. Este caminho também apontava para a ampliação do debate sobre as possibilidades de apropriação de uma área de preservação ambiental, desconstruindo uma perspectiva de que esta denominação configura-se necessariamente como um "entrave" ou "empecilho" para a construção de projetos no local que sirvam à comunidade. Em uma porção do terreno, o potencial da cultura de alimentos já era aproveitado de forma espontânea por um morador do conjunto habitacional vizinho, o Mário, que cultivava diversas espécies em parte do talude em frente ao córrego (figura 46).

A implantação do projeto de horta se deu no início de julho por meio de mutirão, em um sábado, com uma introdução em sala de aula na escola sobre agricultura ecológica. Na introdução às técnicas e no apoio ao mutirão de maneira geral, houve a participação de parceiros articulados pelo colaborador do coletivo Pedro Burgos, que também é permacultor e participa da rede Permaperifa, movimento para articulação entre diversos grupos e espaços que aplicam os princípios da permacultura nas periferias. Entre eles também esteve presente um parceiro que atua na associação Capão Cidadão, no distrito vizinho Capão Redondo, onde funciona a horta comunitária "Cores e Sabores", compartilhando a experiência do local que tinha várias semelhanças com o projeto do Território do Povo.

No espaço da escola foram montadas sementeiras de diversas hortaliças e foi servido o almoço, pois a atividade ocorreu durante a manhã e a tarde - era um dia letivo de reposição de aulas. No terreno, na área próxima ao limite do muro da escola (figura 42), houve o preparo do local - que necessitava de limpeza e capinagem; delimitação dos canteiros com garrafas PET advindas de campanha de arrecadação prévia com os alunos; preparo da terra pela mistura com húmus proveniente de compostagem caseira; adubação orgânica nos canteiros (também chamada de "adubação verde" pela colocação de sementes das famílias das le-

guminosas a fim de criar matéria orgânica) e cobertura com folhas secas. Também foram transplantadas algumas mudas de árvores no talude do terreno. A atividade também teve o apoio das parceiras da Brechoteca Biblioteca Popular na mediação de confecção de placas com frases sobre a ação e sobre o território. A ação como um todo foi um momento muito especial por ser a primeira intervenção permanente dentro do projeto de ocupação, e o próprio trabalho com contato direto com a terra refoçou esse caráter.



Figuras 42 e 43. Mutirão de plantio para implantação da horta, em 01 de julho de 2017. Fonte: Fotos da autora

42



Figuras 44 e 45. Momentos de encerramento e celebração do primeiro dia de mutirão, em 01 de julho de 2017. Fonte: Fotos de Mayara Leite

Outro dia de mutirão também aconteceu em setembro, no qual foram feitos ajustes dos limites de canteiros, transplante de algumas mudas de hortaliças, novamente adubação verde pela germinação de sementes de leguminosas e cobertura com folhas secas previamente coletadas de parte da área de reserva condomínio vizinho, que tem grande cobertura vegetal. Este mutirão foi deliberado na reunião do Conselho de Escola que o antecedeu (mesmo dia da devolutiva do projeto de ocupação) e não foi um dia letivo, mas foi uma atividade na manhã de um sábado à qual compareceram voluntariamente professores e alunos da escola (ainda que em número menor que a anterior). Foi possível realizar os ajustes planejados e também acompanhar com entusiasmo o crescimento das plantas, que floresciam e algumas já começavam a dar frutos. Embora os mutirões tenham sido programados para fazer ações que demandavam mais pessoas envolvidas, o cultivo das plantas demanda zelo e cuidados permanentes.

Nesse sentido, o suporte da estrutura da escola é bastante importante, não só por sua estrutura física mas também pelas pessoas que frequentam diariamente a instituição - e consequentemente seu entorno-, e há abertura do espaço da escola apoiar a manutenção da horta como ocorreu em diversos momentos para a rega das plantas, por exemplo. Embora o terreno seja de público acesso, para estabelecer condições para que a horta receba mais contribuições espontâneas da comunidade como um todo, seria favorável pensar em condições que permitissem ações imediatas, como extensão do ponto de água ou mesmo a construção de um espaço para armazenar ferramentas. Esse tipo de intervenção, no entanto, é dificultado no cenário com a pendência da anexação definitiva do terreno à escola. Ao mesmo tempo, a adesão da participação cotidiana dos alunos na manutenção e cultivo da horta também tem seu próprio tempo, no processo da compreensão ampla dos benefícios da atividade e pela inclusão, se não no currículo, na rotina escolar.

Uma porção do talude próximo ao córrego (figura 46) também foi local de projeto de reflorestamento, que foi realizada com outras parcerias. Por meio da articulação de um parceiro da região, a produtora Maria Farinha Filmes entrou em contato com a escola pois estava em busca de local apto para colocar em prática um projeto em desenvolvimento pela ONG Plant for the Planet. A organização foi fundada em 2007 na Alemanha por iniciativa de uma criança e hoje atua em diversos países, com o objetivo de engajar crianças no plantio de um bilhão de árvores ao redor do mundo e consequentemente minimizar os efeitos negativos da emissão de gás carbônico na atmosfera. O projeto de plantio dialogava com a proposta de reflorestamento da porção do terreno próxima ao córrego, ao longo do talude, dentro do escopo do projeto de ocupação formulado.

A equipe da produtora desenvolvia uma espécie de mini-documentário sobre a história do fundador da ONG Plant for the Planet, e a cobertura da atividade promovida no local seria parte do produto audiovisual destinado a compor um quadro no programa televisivo "Caldeirão do Huck", produzido e exibido aos sábados pela Rede Globo com apresentação de Luciano Huck. O fato da emissora de televisão ser o destino da filmagem da ação foi um ponto delicado das discussões internas do Território do Povo, pelo receio de como seria retratada a mobilização de modo geral - que foi consolidada pelo forte caráter político-, já que o grupo não teria autonomia sobre a narrativa a ser exibida. As inquietações também eram em relação aos desdobramentos de uma possível apropriação mercadológica ou irresponsável dos discursos e agentes envolvidos.

Até o fechamento deste trabalho, o programa não havia sido transmitido, mas de qualquer forma, a equipe da produtora teve um envolvimento mais amplo do que apenas a filmagem no dia do plantio. O projeto foi apresentado pela equipe no Conselho de Escola, que aprovou a proposta, e o trabalho desenvolvido pela ONG na EMEF Dr. Sócrates Brasileiro incluiu um processo de formação sobre o projeto junto aos alunos que participariam da ação de plantio das mudas das árvores. Estes receberam o título de "embaixadores" e se aprofundaram no estudo da origem das mudas que transplantariam no terreno - o que fortalece um vínculo afetivo com as árvores e com o local de maneira geral.

A ação no terreno foi prevista para ocorrer numa porção de aproximadamente 600 metros quadrados no talude na porção mais próxima à escola (figura 46), e incluiu o preparo pela adequação dos níveis do talude em degraus e a abertura das

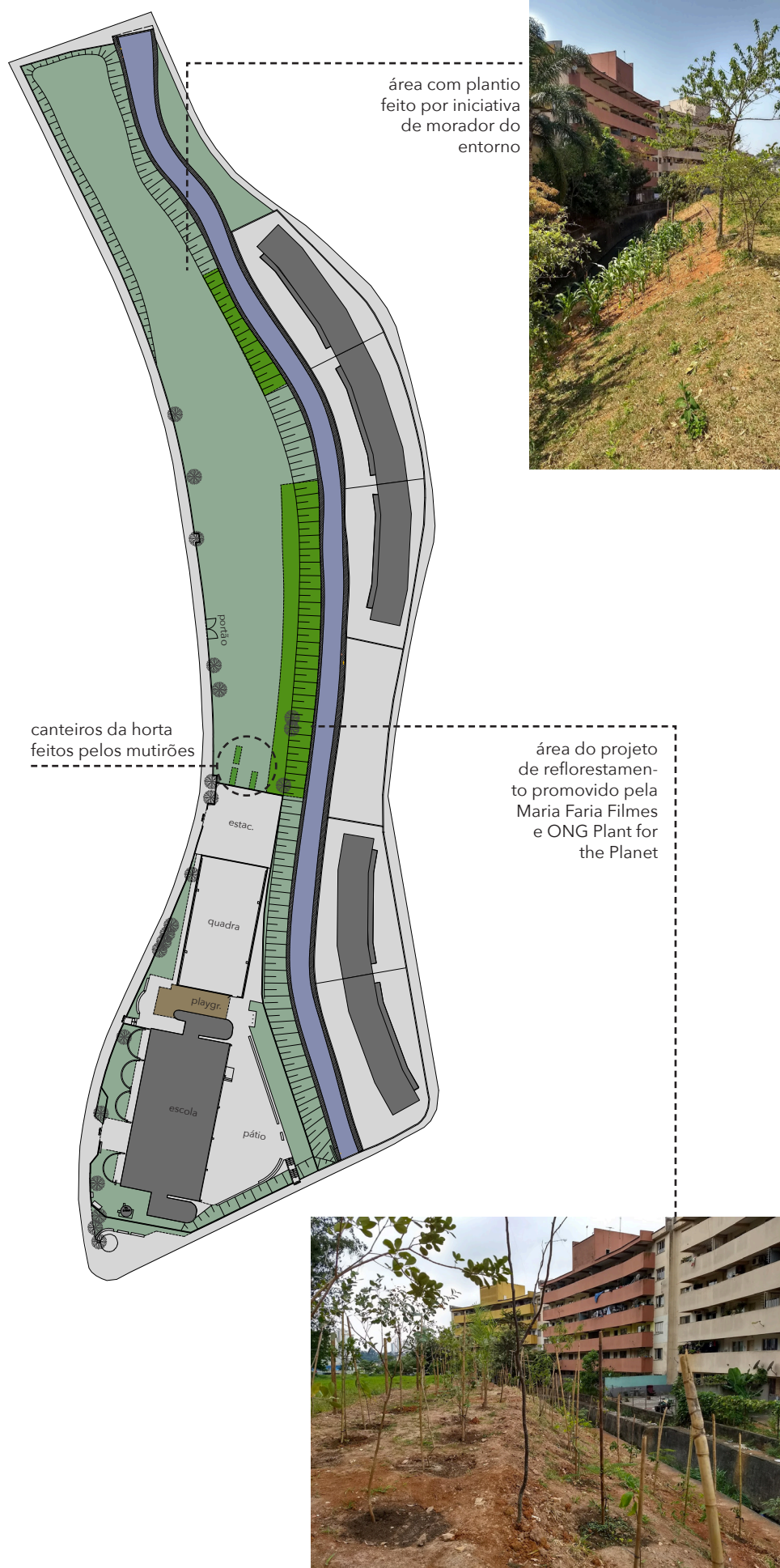


Figura 46. Montagem
com a localização das
ações de plantio no ter-
reno. Elaboração e fotos
da autora

covas (figura 46). O transplante das mudas ocorreu em 22 de novembro de 2017, segundo projeto de reflorestamento elaborado pela equipe composta por engenheiro ambiental e arquiteto paisagista, que previa, além das oficinas de introdução ao projeto, todos os insumos necessários para o plantio das árvores - mudas e sementes de diversas espécies frutíferas nativas regionais, poleiros para pássaros e abrigos para insetos polinizadores. Também se responsabilizam por montar e monitorar o cronograma de manutenção da área por no mínimo 24 meses.

No projeto apresentado, ainda foi incluída a construção de cerca no limite do talude com o córrego, a partir de interlocução da própria escola pela explanação das questões de segurança envolvidas, não apenas no dia do plantio mas também pela possibilidade de ação continuada no terreno dentro da perspectiva de ocupação. Embora o elemento não estivesse no escopo do projeto de reflorestamento, ele poderia se configurar como uma "contrapartida" da equipe produtora. A cerca elaborada no dia do plantio, no entanto, foi no limite superior da intervenção, ou seja, entre a porção plana do terreno e o talude. Mesmo que não tenha sido como inicialmente planejada, a barreira já se configura como um elemento que cerceia a porção apontada como de maior risco e espera-se que contribua para garantir a segurança dos ocupantes ampliando a possibilidade de futuras ações envolvendo mais pessoas no local.

4.3 Domo geodésico

A ideia de construir o domo geodésico (ou cúpula geodésica) surgiu por ele ser uma estrutura que, devido a sua forma semiesférica, compreendia duas diretrizes importantes para o coletivo em seu projeto de ocupação: consolidar um espaço convidativo para que ali pudessem ser realizadas atividades e por seu formato plástico também ter um caráter simbólico no espaço, confluindo com a intenção de estimular um novo olhar para o local pela comunidade. A partir da construção da cúpula, seria possível sobrepor uma cobertura, o que proporcionaria um espaço sombreado e protegido no terreno (que hoje não possui nenhuma edificação) - mas as possibilidades de utilização também seria uma experimentação sobre como se daria sua apropriação.

45

As vantagens de sua construção também eram referentes à sua exequibilidade de forma mais autônoma, devido à diversidade de materiais passíveis de serem empregados (inclusive reaproveitados ou reciclados, o que minimizaria os custos) e a possibilidade da construção ser feita pelo envolvimento de várias pessoas interessadas (dispensando a condição de mão-de-obra especializada ou aluguel de maquinário). O fato de todas as etapas serem feitas coletivamente, desde a concepção do projeto até a preparação das peças e a montagem da estrutura, é um aspecto que afirma o caráter da ocupação do terreno a partir de processos participativos e com benefícios não apenas pelas intervenções construídas mas pelo fortalecimento das redes e troca de conhecimento durante todo o processo.

Da perspectiva de seu desempenho estrutural, o domo geodésico é uma ótima alternativa a estruturas convencionais pela sua grande eficiência: é a solução que cobre a maior superfície em relação ao peso de material empregado. A cúpula é composta basicamente por barras esbeltas conectadas entre si a partir de um modelo geométrico pré-definido, semelhante a muitas estruturas encontradas na natureza, o que resulta em uma estrutura extremamente leve. As barras podem ser feitas de vários materiais (varas de bambu, madeira, perfis metálicos, canos PVC) e as soluções dos nós entre as barras também variam, que podem ser desde encaixes e amarrações até conectores rígidos pré-moldados de chapas metálicas ou outros materiais como a própria madeira ou cano PVC.

A escolha do material das barras e da solução para os conectores depende de vários fatores, como o tamanho final da geodésica e sua destinação (para avaliar se a estrutura deverá suportar apenas seu próprio peso ou uma sobrecarga, ou em relação às dimensões máximas das barras para que não haja flambagem). Deve-se ainda avaliar qual a durabilidade pretendida da geodésica montada ou se há intenções de montá-la e desmontá-la diversas vezes, bem como prever se a montagem implica estruturas de apoio como andaimes devido às dimensões e ao peso do material. O critério principal, no entanto, é em relação aos recursos disponíveis, seja do ponto de vista da disponibilidade do material e/ou de seu

custo, ou ainda do tempo e condições técnicas necessários para a preparação das peças e construção.

O dimensionamento das peças é realizado a partir de fórmulas desenvolvidas por Buckminster Fuller, que na década de 1940 aprofundou-se no estudo da trigonometria esférica a partir da observação de elementos da natureza, tendo ele mesmo construído várias geodésicas e inspirado muitas outras (embora o estudo dos sólidos esféricos remeta à antiguidade, por Platão e Arquimedes). Buckminster Fuller sistematizou um modelo de cálculo matemático dos elementos da estrutura a partir do icosaedro- um sólido platônico, que é um poliedro regular composto por 20 faces de triângulos equiláteros. Para realizar esse cálculo, atualmente é possível acessar "calculadoras de geodésicas" em várias plataformas na internet, que disponibilizam o dimensionamento e diagrama de montagem das peças a partir de duas informações: as medidas as quais pretende-se ter da geodésica montada (pelo raio da esfera ou pelo tamanho das barras) e a frequência desejada.

A frequência de uma geodésica é determinada por quantas vezes a face do triângulo do icosaedro é subdividida em triângulos menores (figura 47). Quanto maior a frequência, mais complexa fica a estrutura, porque é maior a quantidade de conexões e de barras (quanto maior a frequência, também é maior a quantidade de tamanhos diferentes de barras). O aumento da frequência também possibilita que a geodésica fique mais esférica e eficiente do ponto de vista estrutural, pois a carga é distribuída entre mais elementos, o que permite barras menores e mais esbeltas, bem como conectores menos robustos.

No Território do Povo, a princípio pensava-se em construir a estrutura com os custos reduzidos ao máximo, a partir de materiais encontrados na natureza e/ou reutilizados, com as barras compostas por varas de bambu e com os conectores feitos de câmaras de pneu de bicicleta reutilizadas. Chegou-se a fazer um contato com o grande condomínio que existe no entorno, onde há uma grande área verde com diversos bambuzais, com a proposta de oferecer um serviço de manejo dos bambuzais no qual seriam retiradas algumas varas. No entanto, por tratar-

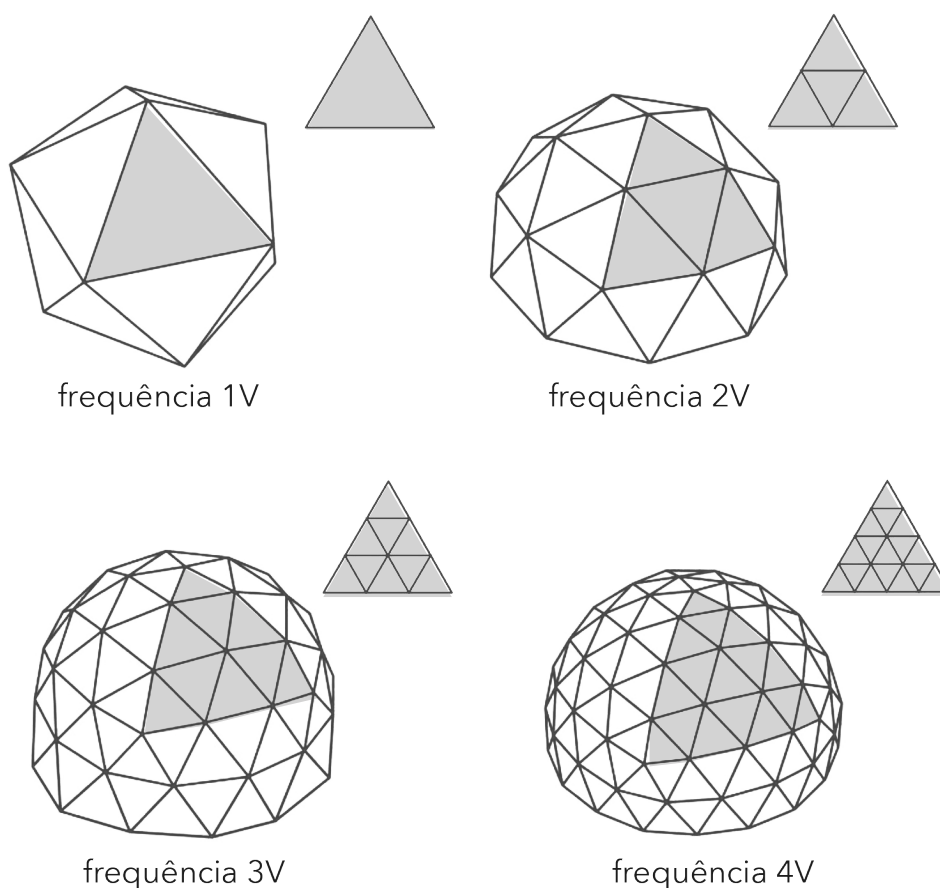


Figura 47. Esquema de geodésicas de diferentes frequências. Elaboração da autora.

-se de área de preservação ambiental, foi informado que havia a necessidade do serviço ser acompanhado de laudo técnico de engenheiro(a) ambiental – o que levou o grupo a pensar sobre alternativas para adquirir os materiais já que não poderia custear essa consultoria e documentação, além de demandar ainda mais tempo. Foi nesse período que foi aberto o edital da chamada aberta “Imaginários da Cidade” promovido pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo.

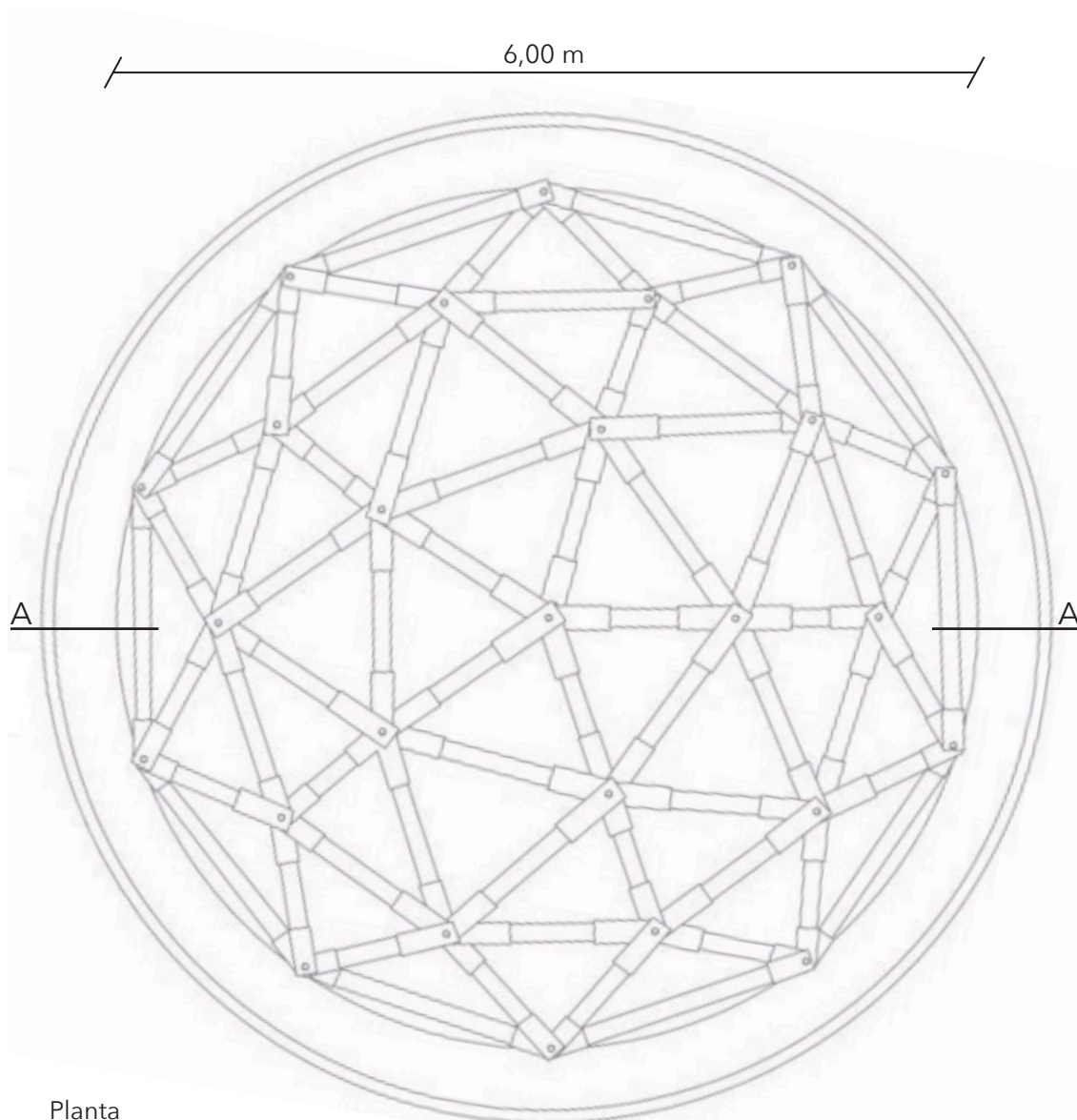
A 11a edição do evento, cuja organização geral é de responsabilidade do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), ocorreu entre setembro e dezembro de 2017. A programação do evento previa, além do conteúdo de exposição tradicional, uma série ações, oficinas, discussões, intervenções e chamamentos convidando diversos atores na cidade a incluir trabalhos existentes ou propostos na agenda ampla do evento. No eixo “Imaginários da Cidade”, o direcionamento era para contribuições da sociedade civil sob diversos formatos com o intuito de “explorar o imaginário de diversas perspectivas sobre a cidade” e “agenciar encontros e reconhecer recortes do território a partir de uma obra e convivência plurais”⁴. O projeto em desenvolvimento pelo Território do Povo se relacionava diretamente com a chamada, por se configurar como uma atividade promovida por agentes atuantes em seu território que permitiria vislumbrar potencialidades de transformação do seu espaço a partir da prática de uma intervenção.

Para atividades no entorno de algumas unidades do Sesc (instituição com a qual a Bienal havia feito uma parceria), havia a possibilidade de participar de uma seleção de projetos para receber um auxílio financeiro de mil e quinhentos reais, além da oportunidade de participar da programação ampliada do evento. Uma vez que a localidade do Território do Povo fica no entorno da unidade do Sesc do Campo Limpo, o coletivo estava apto a receber o auxílio financeiro, o que possibilitaria custear materiais e técnicas construtivas do domo de forma a aumentar sua durabilidade e sua resistência. Ao definir a proposta para participar da seleção, foi necessário definir e detalhar o projeto, bem como seu orçamento. Depois de algumas semanas após realizada a inscrição, recebemos a notícia que o projeto havia sido contemplado pelo Núcleo Curatorial da Bienal. O planejamento inicial era realizar atividades em diálogo com a escola para abordar o processo dentro do plano pedagógico e durante o ano letivo, para depois realizar a montagem em modelo de oficina aberta à comunidade durante um fim de semana em novembro de 2017.

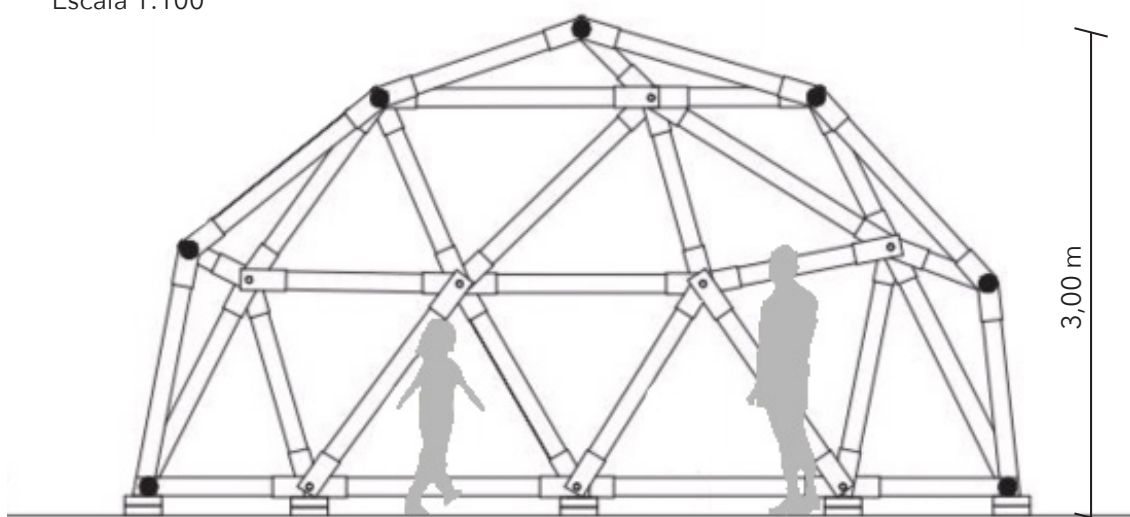
Desde a elaboração do projeto até sua construção, o conhecimento técnico e a participação ativa do Pedro Burgos foi imprescindível para o encaminhamento de todas as ações. Além da familiaridade com montagens de geodésicas e técnicas construtivas com bambus (ele atua profissionalmente com outro coletivo, o Parque de Bambu, que constrói brinquedos e instalações com materiais naturais), ele mesmo foi um articulador de vários parceiros que contribuíram de diferentes formas para viabilizar a construção do domo. Pessoalmente, compartilhar as responsabilidades de planejamento e execução durante esse processo foi uma experiência bastante enriquecedora como arquiteta em formação, pela oportunidade de participar de todas as fases do projeto e pelo contato direto com os métodos construtivos. A oportunidade de alinhar a atividade de aprendizado e atuação profissional com o histórico de lutas do terreno era ainda mais motivadora.

O projeto foi definido a partir da avaliação dos recursos disponíveis, o que envolvia os custos de material considerando o apoio da Bienal e o tempo de trabalho necessário para a preparação das peças. Ao planejar a construção em maiores detalhes, escolheu-se por realizar o processo na oficina que o Parque de Bambu já conduz suas atividades, que é um espaço compartilhado por diversos coletivos na região central da cidade. Mesmo que essa escolha tenha implicado um distanciamento físico do coletivo no Campo Limpo, era compatível com nossos locais de trabalho e com a possibilidade de usufruir da infraestrutura de apoio existente na oficina (máquinas, ferramentas, espaço para manuseio e armazenamento das peças etc). Entre o fim de outubro e o início de novembro, foi iniciada a construção do projeto, constituído por um domo geodésico de frequência 2V com raio de 3 metros, composto por barras feitas de varas de bambu com conectores de cano PVC (figuras 48 a 51).

4. Edital da Chamada Aberta “Imaginário da Cidade”, promovido pela 11a Bienal de Arquitetura de São Paulo. Disponível em <<https://11bienal-dearquitetura.org.br/>> Acesso em 26 de agosto de 2017



Planta
Escala 1:100

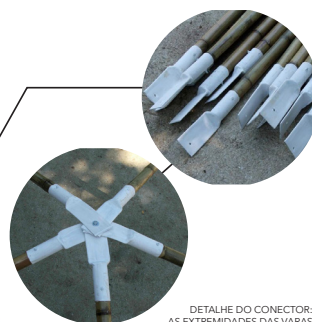
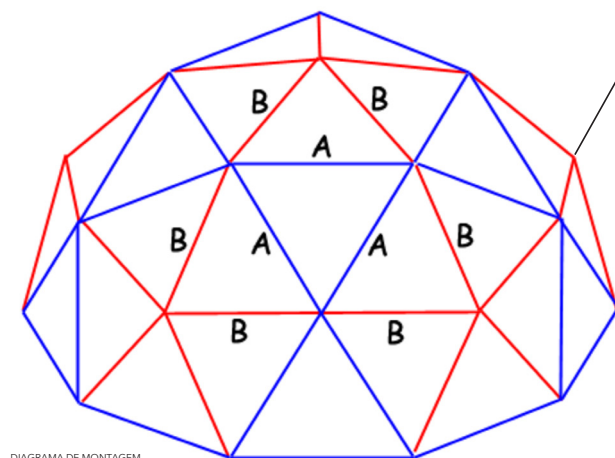


Corte AA
Escala 1:100



Figura 48. Planta e corte esquemáticos da estrutura. As espessuras reais das varas não foram consideradas neste desenho. Adaptado pela autora a partir dos desenhos desenvolvidos pela equipe de estudantes da Escola da Cidade no projeto de ocupação.

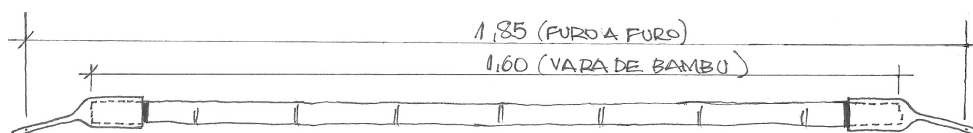
ESPECIFICAÇÕES



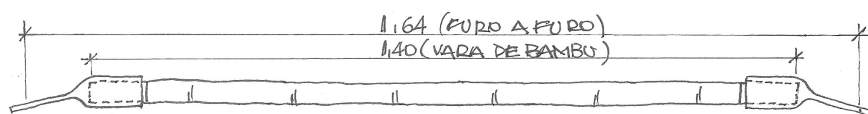
DIMENSIONAMENTO		
ELEMENTO	QUANTIDADE	
VARAS DE BAMBU	TIPO A - 1,85m	35
	TIPO B - 1,64m	30

DIAGRAMA DE MONTAGEM

Figura 59. Uma das pranchas enviadas na inscrição do chamamento da Bienal, com o dimensionamento da estrutura e diagrama de montagem. Elaborado pela autora.



BARRAS TIPO A
35 UNIDADES



BARRA TIPO B
30 UNIDADES

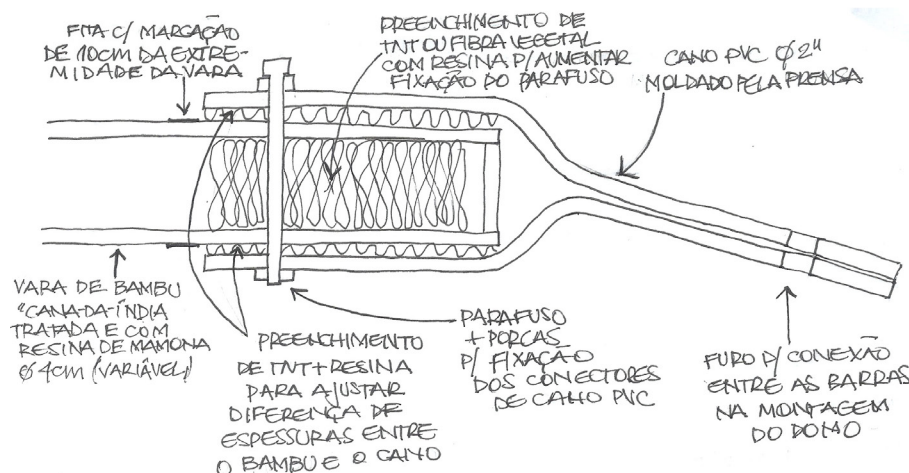
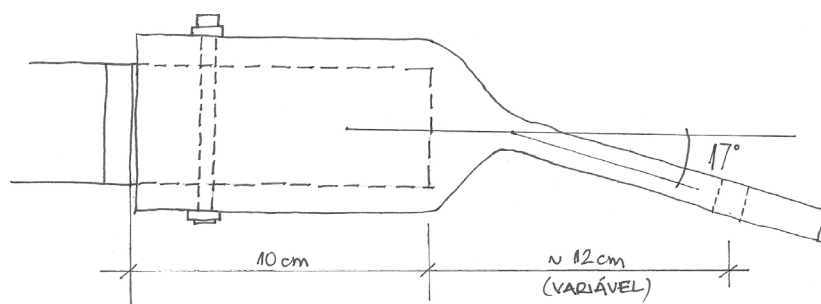


Figura 50. Croquis das barras e detalhes dos conectores PVC. Sem escala. Elaborado pela autora.

A preparação das peças envolveu: a compra das varas de bambu da espécie “cana-da-índia”, com uma média de 4 cm de diâmetro, de fornecedores da cidade de São Paulo - são vendidas às dúzias com cerca de três a quatro metros de comprimento e pré-tratadas pelo contato com vapor d’água; o corte das varas de bambu com auxílio de máquinas da oficina com dimensões de 1,40m e 1,60 - não eram as dimensões finais das barras porque ainda seriam acrescidos os conectores (figura 51); o lixamento manual de todas as peças - a fim de criar vincos para a melhor fixação da resina (figura 52) - e a aplicação também manual, com o auxílio de pinéis, de resina de mamona na superfície externa das varas, o que forma um tipo de “capa protetora” (figura 54). Este tratamento era essencial uma vez que a intenção era manter a estrutura em espaço externo, o que implica a exposição a intempéries e ataques de insetos, e foi baseado no trabalho desenvolvido pelo próprio Parque de Bambu que tem diversas experiências com este tipo de construção.

As varas de bambu receberam marcações com fitas adesivas de cores diferentes para tamanhos diferentes de barras (o que facilitou seu manuseio em todas as etapas) com 10 cm a partir de ambas extremidades da vara, o que orientaria a colocação e encaixe dos conectores de cano PVC (figura 53). O espaço interno das varas na porção entre estas marcações e suas bordas foram ainda preenchidas com uma mistura de resina com fibras naturais ou com TNT (um tipo de tecido ecológico), a fim de formar um aglomerado rígido que evitasse o desgaste por movimentação dos parafusos que complementaríamos o encaixe dos conectores de cano PVC com as varas de bambu (figura 50).

A execução dos conectores envolveu cortar as peças de cano PVC com seção de duas polegadas (cerca de 5cm), que compreendia os 10cm que envolveriam ambas as extremidades das varas de bambu e mais cerca de 15cm que seriam prensados e dobrados com um ângulo específico para o encaixe da geodésica - no caso de frequência 2V, os ângulos deveriam ser 16° para as barras menores e 18° para as barras maiores, mas foi arredondado todos com 17° para facilitar a execução e pelo material ter uma certa flexibilidade. O processo de moldagem envolveu aquecer as seções dos canos com um maçarico, que as amolecem; colocá-las na prensa (construída por um parceiro e emprestada durante a execução desse projeto) com um gabarito de apoio confeccionado a partir do ângulo adequado; e depois resfriar as peças em água gelada, o que as enrijecem novamente (figuras 56 e 57).

Essas peças foram colocadas nas extremidades das varas e, como os bambus possuem variabilidade de espessura por se tratar de um material orgânico, o encaixe adequado envolveu preencher com resina e pedaços de TNT quando as varas eram mais finas que a seção do cano ou lixar as bordas das varas quando eram mais largas que a seção do cano, também com aplicação de resina (figura 58). O encaixe foi feito um a um, garantindo que os conectores fossem colocados corretamente em relação à distância previamente marcada com fitas adesivas e à orientação da inclinação das peças. Com todos os elementos fixos (a cada procedimento com aplicação de resina era necessário esperar cerca de um dia para a secagem completa), os conectores foram ainda parafusados nas varas e, finalmente, foram feitos os furos na parte prensada dos conectores (que conectaria uma barra a outra) com o auxílio de gabaritos com as dimensões finais exatas: 1,85m e 1,64m (figura 60).

O processo de preparação das peças durou cerca de duas semanas de ritmo intenso de trabalho na oficina. Desde o início do processo, vários colaboradores se disponibilizaram a contribuir com ideias sobre as formas de conduzir as etapas da construção e com o trabalho manual - o que, até pelas próprias especificidades do uso do bambu e dos métodos não automatizados, demanda bastante tempo e atenção no seu manuseio. Embora não tenha sido possível a participação de outros membros do coletivo nessa etapa - pela localidade no centro, distante do Campo Limpo, e pelos horários comerciais de trabalho, em que a maioria está envolvida em outras atividades - muitos colaboradores de outros espaços se articularam para participar das etapas descritas. Entre interessados em construção de geodésicas e em bioconstrução em geral, colegas de trabalho ou de outras vivências, várias pessoas estiveram presentes ajudando na execução. O ambiente descontraído da oficina promoveu a discussão entre os participantes sobre o funcionamento da estrutura e seus métodos construtivos de maneira continuada e informal, se caracterizando também como um espaço de formação.



◀ Figura 51. Corte das varas de bambu. Foto da autora.

▶ Figura 52. Lixamento das varas. Foto de Pedro Burgos



◀ Figura 53. Marcação das extremidades das varas com fitas. Foto da autora.

▶ Figura 54. Aplicação de resina nas varas. Foto da autora.



◀ Figura 55. Confecção do gabarito para compor a prensa. Foto da autora.

▶ Figura 56. Aquecimento das seções de cano PVC para ser moldado pela prensa. Foto da autora.

51



◀ Figura 57. Seções dos canos sendo moldados na prensa. Foto da autora.

▶ Figura 58. Colocação de pedaços de TNT com resina nas extremidades das varas para o encaixe adequado dos conectores de cano PVC. Foto da autora.



◀ Figura 59. Secagem das barras compostas pelas varas de bambu e conectores de cano PVC. Foto da autora.

▶ Figura 60. Marcação dos furos nos conectores com auxílio de gabarito. Foto da autora.

Desde o início do projeto havia entre os membros do coletivo o consenso de que o processo da construção da estrutura tinha um caráter interdisciplinar, sendo os temas passíveis de abordados e aprofundados relativos desde sua relação com padrões da natureza, concepção geométrica e eficiência estrutural até o caráter político de construção autônoma e da implantação no terreno dentro do projeto de ocupação. Em reunião, foi deliberado que todos esses aspectos deveriam ser compartilhados com a comunidade, sobretudo a comunidade escolar, e não apenas seu resultado final. A partir dessa resolução, foi delineada a estratégia de realizar uma aula expositiva sobre a estrutura, com montagem de maquetes, inserida na grade escolar de uma turma de alunos da EMEF Dr. Sócrates Brasileiro antes do dia da montagem.

Na mesma reunião, foi especulado como se daria a apropriação da estrutura pelos usuários do espaço – ainda que o terreno seja murado, o portão permanece aberto e lá frequentam muitas crianças e adolescentes como foi relatado por membros do coletivo que moram e/ou frequentam cotidianamente o entorno do terreno. Havia a preocupação de que crianças e adolescentes pudessem subir na estrutura e eventualmente sofrerem quedas e ferimentos. Nesse sentido, deliberou-se também que a estrutura recebesse de imediato sua cobertura, afim de minimizar a probabilidade de pessoas se apropriarem do domo como um brinquedo de subir e montar.

No entanto, devido à incompatibilidade de conciliar as agendas dos atores envolvidos e o encerramento premente do ano letivo de 2017, adiou-se a atividade de formação com os alunos para o ano seguinte. Também não foi possível finalizar a cobertura pelas mesmas questões de disponibilidade de tempo e de recursos, pois o custo do material ultrapassou o montante do auxílio financeiro disponível. A cobertura é idealizada para ser colocada na porção superior da estrutura até aproximadamente metade da altura, feita com tecido impermeável e translúcido, a fim de ser um abrigo da luz e de chuvas amenas sem escurecer excessivamente a parte interna nem criar um espaço “escondido”. Para viabilizar a cobertura nesses moldes, o coletivo organiza-se para angariar fundos com rifas e há a possibilidade de cooperação com a turma das aulas de corte e costura promovida na ASSAJO para sua confecção.



Figura 61. Ilustração do cartaz elaborado para divulgação da oficina. Elaborado pela autora.

A atividade de montagem do domo foi realizada no dia 18 de dezembro de 2017, um sábado, em data escolhida em reunião do Território do Povo para ser compatível com outras atividades previstas no calendário do coletivo e da escola (o cortejo poético foi no sábado anterior), além da própria Bienal. A divulgação da atividade, além de constar na programação da Bienal em seus portais, foi feita para a comunidade local por meio de cartazes fixados na escola (figura 61) e na sede da ASSAJO e da Brechoteca Biblioteca Popular, por distribuição de panfletos uma semana antes (durante o cortejo poético) e divulgação por meio de redes sociais diretamente por membros do coletivo. A programação do dia foi composta por uma hora de introdução teórica sobre a estrutura e seu processo de construção em uma sala da escola, com apoio de projeções e maquetes; intervalo com lanche também no espaço da escola e a montagem de fato no terreno, que também durou cerca de uma hora. Aproximadamente 40 pessoas compareceram à atividade, entre membros do coletivo, professores e alunos da escola, e também alguns parceiros de outros espaços, alguns tendo participado da preparação das peças na oficina; uma integrante da equipe da Bienal também compareceu para registrar por foto e vídeo a intervenção.

A montagem da estrutura confirmou o caráter coletivo de sua construção ao incluir todos os participantes na leitura e compreensão do diagrama de montagem que orientava a correta instalação das barras. E também na própria distribuição circular das pessoas ao colocar, suspender, ajustar as distâncias e unir as peças com os parafusos e porcas. Como a estrutura é bastante leve e possui a altura final de apenas três metros, foi possível iniciar a montagem pela porção superior e gradativamente ir suspendendo as barras já fixas umas às outras de forma manual à medida que as peças iam sendo acrescentadas, dispensando o uso de andaimes ou escadas. Uma característica interessante da montagem foi o fato de ter sido realizada com todos os participantes agindo simultaneamente, induzindo uma atividade cooperativa e não passível de ser dividida em equipes que trabalhassem separadamente. O resultado foi a completa montagem, com os participantes visivelmente satisfeitos, e foi possível finalizar a atividade dentro da estrutura, com uma dinâmica de encerramento e com jogral reforçando a mobilização do Território do Povo (figuras 62 a 70).

53

A realização da ação também foi uma experiência do caminho adotado para obtenção de recursos por meio de edital. No caso do chamamento da Bienal, o intuito era contribuir para ações já em desenvolvimento, de forma que o formato era bastante livre (a contrapartida era o registro da ação, e uma integrante da própria equipe do evento deu o suporte audiovisual) e o recurso financeiro deveria ser adotado apenas como um apoio, e não condicionante da atividade. Portanto, o coletivo teve grande autonomia para definir a atividade segundo o calendário previamente acordado, e o apoio financeiro cobriu a compra dos insumos fundamentais – cujos materiais empregados tem o custo bastante reduzido. A construção da estrutura foi viável pelo envolvimento de muitos parceiros, e o processo meticuloso da elaboração das peças foi realizado a muitas mãos. Além disso, o conhecimento técnico do colaborador do coletivo e disponibilidade de tempo e local de trabalho foram indispensáveis para a obtenção dos resultados apresentados.

Após algumas semanas com a estrutura montada no terreno, membros do coletivo que moram e/ou frequentam cotidianamente as imediações do local confirmaram a apropriação da estrutura como brinquedo de subir e montar por crianças e adolescentes do bairro. E, para evitar riscos de queda e ferimentos, foi decidido desmontar a estrutura para remontá-la no ano seguinte – desta vez com a atividade de formação com os alunos da escola e com a instalação da cobertura. Com o período de férias da escola, também é minimizada a circulação de pessoas no entorno imediato do terreno que conheçam o projeto e que possam eventualmente mediar um uso seguro do espaço, o que impulsionou a decisão de desmontar temporariamente o domo. Uma vez que a construção é uma iniciativa coletiva, a responsabilidade também é compartilhada. Nesse sentido, quanto mais agentes terem uma participação ativa durante todo o processo, espera-se que seja ampliado o senso de que aquilo pertence a todos, e a todos cabe zelar por seu uso adequado. As expectativas de que a intervenção seja um elemento multiplicador da mobilização e da ocupação do terreno são altas – e empregar as melhores formas de conduzir essa formação e apropriação também é um aprendizado para todos os envolvidos.

Figura 62. Introdução em sala de aula. Foto de Eliseu Muzel.



Figura 63. Chegada ao terreno com as peças. Foto de Eliseu Muzel.



Figura 64. Início da montagem com a junção das peças. Foto de Eliseu Muzel.



Figura 65. Primeiras peças fixadas umas às outras a partir de leitura do diagrama. Foto de Eliseu Muzel.



Figura 66. Montagem da porção superior da estrutura. Foto da autora.



Figura 67. Suspensão da porção superior para encaixe das peças inferiores. Foto da autora.

54

Figura 68. Reforço dos parafusos depois da estrutura montada. Foto da autora.



Figura 69. Colocação do domo em lugar com suspensão dos pés com tocos de árvore e fixados no chão com vergalhões de ferro. Foto da autora.



Figura 70. Domo geodésico montado com os participantes da construção e estande do Território do Povo. Foto de Eliseu Muzel.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi motivado pelo interesse em conhecer a atuação de diferentes grupos e coletivos na região da periferia zona sul de São Paulo. A explosão de coletivos e a própria produção cultural da periferia nas últimas décadas revelam a potência das manifestações - artísticas e políticas - advindas da visão crítica e do próprio reconhecimento em seu território. Tratando-se dos espaços culturais de modo geral, é evidente o caráter emancipatório da produção autônoma de artistas, grupos e agentes culturais. O desejo era de entrar em contato e atuar com grupos a partir de suas próprias narrativas.

A trajetória do Território do Povo é um exemplo de como que a partir da reflexão crítica sobre o território, com o recorte de um terreno específico neste caso, é levantada uma série de debates sobre o espaço urbano e a articulação entre as redes locais é fortalecida. Pela pluralidade de agentes envolvidos, a mobilização também se amplia na reivindicação pela democracia na distribuição dos recursos públicos de modo geral e do acesso pleno de todos os cidadãos à cultura, lazer, saúde, educação: à cidade. Pelas especificidades do local, também se faz necessário aprofundar-se nos sentidos de preservação do ambiente natural e do uso social do espaço urbano num contexto de vulnerabilidade social e carência de equipamentos públicos.

O grupo tem seu início recente, desde 2015, mas já realizou diversas ações e houveram muitos encaminhamentos significativos em relação aos projetos para o local do terreno. Os planos e projetos traçados são em si materializações dos processos envolvidos para sua formulação, mas não são definitivos: estão sujeitos a diversos fatores internos e externos para sua concretização. O processo como um todo é dinâmico e precisa lidar com uma série de incertezas e indefinições tanto externas (como a conjuntura política e o diálogo com as instituições administrativas) quanto internas, pelo próprio modo de organização do grupo, com muitas parcerias com vínculos diferentes e que estão sujeitas a flutuações de demandas das próprias atividades.

No período que me aproximei do grupo, a perspectiva de ocupação do terreno e as ações para a concretização deste plano se relacionavam diretamente com a pendência da anexação do terreno à escola. Este foi um fator que permeou incertezas nas ações que se seguiram, sobre como deveria ser a estratégia de ocupar o local. No fechamento deste trabalho, foi recebida a notícia da autorização e anexação definitiva do terreno à EMEF Dr. Sócrates Brasileiro. A escola já tinha um papel central na articulação dos parceiros e fundamental para a execução de todas as ações que foram realizadas, mas era uma posição sensível em relação à gestão do local. Com a anexação, a expectativa é que sejam ampliadas as possibilidades de ocupar o local, de modo a manter e ampliar a relação com a comunidade dentro da perspectiva de um território educador.

Pessoalmente, o período que acompanhei e passei a colaborar com o grupo foi bastante enriquecedor pela oportunidade de lidar de forma realista com as formas de concretizar os planos naquele contexto e com as diferentes visões dos participantes quanto à melhor forma de conduzir as atividades. Se num primeiro momento o objetivo foi de entender as questões postas, ao longo do processo pude colaborar mais diretamente, principalmente no processo da construção do domo. Este trabalho foi uma oportunidade de registrar e refletir sobre os eventos e as questões levantadas durante a aproximação com o grupo, buscando poder atuar futuramente em maior diálogo com os agentes atuantes e transformadores de seus espaços.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. TELLES, Vera da Silva (orient). A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013. 295 p.

FRANCISCO NETO, João. Manual de horticultura ecológica: guia de auto-suficiência em pequenos espaços. São Paulo, Nobel, 2002.

GRUPO DE PESQUISA ESCOLA DA CIDADE. Campo Limpo - Cartografias das territorialidades culturais - Etapa P3 Redes Levantamentos de Campo e diagramas vetoriais. Relatório dos Serviços de Pesquisa - Intervenção Educativa do contrato Elaboração de Projeto Arquitetônico da Unidade do Sesc Campo Limpo, firmado entre a Associação Escola da Cidade - Arquitetura e Urbanismo e o Serviço Social do Comércio (Sesc). São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.ct-escoladacidade.org/sesc-campo-limpo-3/pesquisa/p5-grid/>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

____. Campo Limpo - Cartografias das territorialidades culturais - Etapa P5 Grid Visão Sinótica Dos Espaços/ Territórios Operados: Sistematização e Comparação Gráfica. Relatório dos Serviços de Pesquisa - Intervenção Educativa do contrato Elaboração de Projeto Arquitetônico da Unidade do Sesc Campo Limpo, firmado entre a Associação Escola da Cidade - Arquitetura e Urbanismo e o Serviço Social do Comércio (Sesc). São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.ct-escoladacidade.org/sesc-campo-limpo-3/pesquisa/p3-redes/>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

LOTUFO, Vitor Amaral; LOPES, João Marcos Almeida Lopes. Geodésicas & cia. São Paulo, Projeto, 1981.

MATHEUS, Tiago; BITTENCOURT; Lúcio, TAVANTI, Roberth. Ações Culturais em M'Boi Mirim e Campo Limpo: diversidades e conexões. Contribuições iniciais para a discussão sobre estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade juvenil na região de M'Boi Mirim e Campo Limpo - eixo da cultura e ação social. Relatório Síntese de Pesquisa do Programa de Vulnerabilidade Urbana e Ação Pública: Eixo Juventude, Educação e Cultura; Centro de Administração Pública e Governo (CEAPG) da EAESP/FGV e Universidade Federal do ABC (UFABC)

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (orient). Território, cultura e política : movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. 272 p.

PMSP. Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo. Relatório da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo: SMC, 2014. 100p.

PMSP. Plano Municipal de Cultura. Caderno de Consulta Pública da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. São Paulo: SMC, 2016. 240p.

SAMORA, Patrícia Rodrigues. FERREIRA, João Sette Whitaker (orient). Projeto de habitação em favelas : especificidades e parâmetros de qualidade. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 347p.

ARTIGOS E NOTÍCIAS

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. Espaço e Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos, n. 43/44. São Paulo, 2004.

LOPES, Débora. Os aprendizes viraram professores: a Fábrica de Cultura do Capão Redondo segue ocupada. Reptagem publicada no portal Vice em 17 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/3d8y4y/fabrica-de-cultura-capao-re-dondo-ocupada> Acesso em 30 de outubro de 2017.

PERIFERIA EM MOVIMENTO. Vitória histórica: Haddad sanciona Lei de Fomento às Periferias; edital sai em agosto. Publicado em 21 de julho de 2016. Disponível em: <<http://periferiaemmovimento.com.br/vitoria-historica-haddad-sanciona-lei-de-fomento-as-periferias-edital-sai-em-agosto/>> Acesso em 28 nov. 2016.

ROLNIK, Raquel. Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura. Artigo publicado no portal Yahoo Notícias em 3 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/lei-de-fomento-%C3%A0-periferia-de-sp-inova-ao-162017292.html?nhp=1>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

PMSP. Jardim Olinda: Mais 188 unidades habitacionais concluídas. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4148>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

UNAS HELIÓPOLIS E REGIÃO. Derrubando Muros. CEU Heliópolis Profª Arlete Persoli: mais um ano de participação e luta popular. Publicado em 1 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.unas.org.br/single-post/2016/06/01/Derrubando-Muros>> Acesso em 28 nov. 2017.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei 12.651/2012. Lei de Proteção da Vegetação Nativa (LPVN).

SÃO PAULO (Município). Lei 15.897/2013. Altera a Lei 13.540/2003, que criou o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, instituindo duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.

SÃO PAULO (Município). Lei Lei 16.496/2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura.